

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ENSINO SUPERIOR: POLÍTICAS, GOVERNAÇÃO, GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO
INSTITUCIONAIS

O Papel da Autoavaliação na Promoção da Qualidade nas Instituições do Ensino Superior Angolanas na perspetiva do INAAREEES

Dulce Viegas dos Santos

M

2025



FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



**O Papel da Autoavaliação na Promoção da Qualidade nas Instituições do
Ensino Superior Angolanas na perspetiva do INAAREEES**

Dulce Viegas dos Santos

Dissertação apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Professora Maria Amélia Veiga

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo central analisar de que forma a autoavaliação institucional promove a melhoria contínua nas instituições de ensino superior (IES) em Angola na perspetiva do Instituto Nacional de Avaliação e Acreditação e Reconhecimento de Estudos Superiores (INAAREES). A autoavaliação é aqui entendida como um processo sistemático de análise e reflexão interna; que possibilita às instituições reconhecer os seus pontos fortes e fracos, reformular estratégias e aperfeiçoar práticas pedagógicas e administrativas. Assim, o estudo assume relevância particular num contexto em que o ensino superior angolano; procura consolidar uma cultura de qualidade e responder às exigências de credibilidade e eficácia.

Os objetivos específicos da pesquisa consistiram: em analisar o papel do (INAAREES) no processo de avaliação das IES e analisar de que modo a autoavaliação institucional contribui para a melhoria contínua e o desenvolvimento das IES. Optou-se por uma abordagem qualitativa, recorrendo à análise de conteúdo das entrevistas e à análise documental. Foram realizadas 10 entrevistas com líderes e colaboradores do instituto, órgão responsável pela coordenação, planeamento e acompanhamento dos processos de avaliação e acreditação das IES em Angola e foram o Guião de Autoavaliação de IES, Cursos e/ou Programas, o Manual de Avaliação Externa de IES e as Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior .

Os resultados da investigação mostram que a autoavaliação tem contribuído de forma significativa para a melhoria contínua das IES angolanas. Assim os processos de autoavaliação, avaliação externa e acreditação são vistos como essencial para reforçar a qualidade do ensino, aumentar a transparência e consolidar a autonomia e o prestígio institucional.

Por outro lado, embora a qualidade nas IES ainda não esteja consolidada, há avanços significativos no percurso para a sua implementação como a criação do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade e a instalação de gabinetes internos de avaliação da qualidade nas IES e todas as instituições demonstram que o processo está em andamento. O desafio que permanece é garantir que as IES do país incorporem efetivamente essa cultura e, assim, melhorem a sua performance educativa.

Palavras-chave: Autoavaliação; Ensino Superior; Culturas de Qualidade

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze how institutional self-assessment promotes continuous improvement in higher education institutions (HEIs) in Angola from the perspective of the National Institute for Evaluation, Accreditation, and Recognition of Higher Education Studies (INAAREES). Self-assessment is understood as a systematic process of internal analysis and reflection, enabling institutions to identify strengths and weaknesses, reformulate strategies, and enhance pedagogical and administrative practices. The study is particularly relevant in the context of Angolan higher education, which seeks to consolidate a culture of quality and meet demands for credibility and effectiveness.

The specific objectives of the research were to examine the role of INAAREES in evaluating HEIs and to explore how institutional self-assessment contributes to the continuous improvement and development of HEIs. A qualitative approach was adopted, using content analysis of interviews and documentary analysis. Ten interviews were conducted with leaders and staff of INAAREES, the body responsible for coordinating, planning, and monitoring HEI evaluation and accreditation processes in Angola. Key documents analyzed included the Self-Assessment Guide for HEIs, Courses, and/or Programs, the External Evaluation Manual for HEIs, and the Guidelines for Improving Higher Education Subsystem Management.

The results indicate that self-assessment has significantly contributed to the continuous improvement of Angolan HEIs. Self-assessment, external evaluation, and accreditation processes are seen as essential for strengthening teaching quality, increasing transparency, and consolidating institutional autonomy and prestige.

Although quality in HEIs is not yet fully consolidated, significant progress has been made, including the establishment of the National Quality Assurance System and the creation of internal quality assessment offices in HEIs, indicating that the process is underway. The ongoing challenge is to ensure that HEIs fully embrace this culture, thereby improving their educational performance.

Keywords: Self-assessment; Higher Education; Quality Cultures

RÉSUMÉ

Cette dissertation vise à analyser comment l'auto-évaluation institutionnelle favorise l'amélioration continue dans les établissements d'enseignement supérieur (EES) en Angola, du point de vue de l'Institut National d'Évaluation, d'Accréditation et de Reconnaissance des Études Supérieures (INAAREES). L'auto-évaluation est ici comprise comme un processus systématique d'analyse et de réflexion interne, permettant aux institutions d'identifier leurs forces et leurs faiblesses, de reformuler leurs stratégies et d'améliorer les pratiques pédagogiques et administratives. Cette étude revêt une importance particulière dans le contexte de l'enseignement supérieur angolais, qui cherche à consolider une culture de qualité et à répondre aux exigences de crédibilité et d'efficacité.

Les objectifs spécifiques de la recherche consistaient à analyser le rôle de l'INAAREES dans le processus d'évaluation des EES et à examiner de quelle manière l'auto-évaluation institutionnelle contribue à l'amélioration continue et au développement des EES. Une approche qualitative a été adoptée, reposant sur l'analyse de contenu des entretiens et l'analyse documentaire. Dix entretiens ont été réalisés avec des dirigeants et des collaborateurs de l'INAAREES, organisme responsable de la coordination, de la planification et du suivi des processus d'évaluation et d'accréditation des EES en Angola. Les documents analysés comprenaient le Guide d'auto-évaluation des EES, cours et/ou programmes, le Manuel d'évaluation externe des EES et les Lignes directrices pour l'amélioration de la gestion du sous-système de l'enseignement supérieur.

Les résultats montrent que l'auto-évaluation contribue de manière significative à l'amélioration continue des EES angolaises. Les processus d'auto-évaluation, d'évaluation externe et d'accréditation sont considérés comme essentiels pour renforcer la qualité de l'enseignement, accroître la transparence et consolider l'autonomie et le prestige institutionnels.

Bien que la qualité dans les EES ne soit pas encore pleinement consolidée, des progrès significatifs ont été réalisés, notamment la création du Système national d'assurance qualité et l'installation de bureaux internes d'évaluation de la qualité dans les EES. Le défi reste de garantir que les EES adoptent pleinement cette culture, améliorant ainsi leur performance éducative.

Mots-clés : Auto-évaluation ; Enseignement supérieur ; Cultures de qualité

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Jeová Deus, Pai Todo-Poderoso, por me ter concedido coragem, resistência e perseverança para enfrentar as dificuldades ao longo da minha formação.

Ao meu querido pai, Reis dos Santos, que sempre acreditou no meu potencial e manteve-se firme na convicção de que a educação é o bem mais precioso para os seus filhos. À minha querida mãe, Lucrécia Daniel Viegas, incansável senhora que representa o rosto materno da minha vida, inspirando-nos a seguir em frente, mesmo quando o destino parece distante.

Ao meu irmão, Reis Viegas dos Santos, pelo apoio financeiro sem o qual este caminho teria sido ainda mais árduo.

À minha orientadora, Maria Amélia Veiga, expresso a mais profunda gratidão pela prontidão com que me acompanhou, pela sinceridade, paciência e serenidade com que conduziu o processo de orientação, e pela constante disponibilidade e boa vontade no tratamento sempre atencioso.

Aos amigos Marlene Costa, Otmar Filipe, Adriano Bernardo e Hamilton Koxi, pelo apoio financeiro, que representou um verdadeiro alicerce para a realização deste mestrado. De forma mais formal, poderia chamá-los de financiadores; de forma mais pessoal, foram parte essencial desta conquista.

Ao Paulo Leite, um dos amigos mais inteligentes que tenho, agradeço pela preciosa ajuda académica ao longo deste percurso.

Ao Augusto Mendes, meu fiel amigo, sou grata por ser o pilar em que me apoio sempre que a vida ameaça me quebrar em pedaços.

À Manuela Adriano, a quem trato carinhosamente por minha “mamá”, agradeço por desempenhar um papel materno durante a minha estadia em Portugal.

À Aurora Januário, a quem apelidei de “coração de ouro”, pela generosidade com que me acolheu em sua casa, me alimentou e cuidou de mim num momento em que quase nada me restava, oferecendo-me abrigo quando o único refúgio parecia ser a rua.

E, por fim, ao Fahid de Almeida e Barnardo Bengui, últimos, mas não menos importantes, pela motivação e incentivo constantes. Graças ao seu bom senso aprendi a viver na diferença em Portugal e a seguir firme até à conclusão deste mestrado.

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações da autora no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, a autora declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. A autora declara, ainda, que não foi utilizada a inteligência artificial no desenvolvimento do projeto de investigação e na elaboração e escrita da dissertação.

“Os sonhos trazem saúde para a emoção, equipam o frágil para ser autor da sua história, transformam os inseguros em seres humanos de raro valor”.

“Augusto Cury”

LISTA DE DESCODIFICAÇÃO DE ABREVIATURAS

1. CNAQ- Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade
2. CE- Ciclo de Estudo
3. IES – Instituições de Ensino Superior
4. INAAREES- Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do Ensino Superior
5. IMETRO - Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola.
6. LMGSES- Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior
7. MESCTI- Ministério de Ensino Superior Ciência Tecnologia e Inovação
8. MINEDU- Ministério da Educação
9. PDN- Plano de Desenvolvimento Nacional
10. PNDE- Plano Nacional de Desenvolvimento Educacional
11. RJAAQIES- Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior
12. SEES- Secretaria de Estado para o Ensino Superior
13. SINPES- Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Superior
14. SNGQES- Sistema Nacional de Garantia da Qualidade do Ensino Superior
15. UAN- Universidade Agostinho Neto

ÍNDICE

RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
RÉSUMÉ	6
AGRADECIMENTOS	7
AVISOS LEGAIS.....	8
LISTA DE DECODIFICAÇÃO DE ABREVIATURAS.....	10
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	16
2.1 Subsistema de Ensino Superior Angolano	17
2.2 A Avaliação no Ensino Superior.....	33
2.3 A Autoavaliação Institucional.....	35
2.4 As Culturas de Qualidade.....	38
CAPÍTULO III.	41
Percurso Metodológico	41
3.1 Tipo de Estudo.....	42
3.2 Contextualização da Pesquisa.....	43
3.3 Caracterização dos Participantes.....	44
3.4 Estratégias de Coleta de Dados.....	44
3.4.1 Entrevista	44
3.4.2 Análise documental.....	45
3.5 Procedimentos de Análise de Dados.....	46
3.6 Considerações Éticas	49
CAPÍTULO IV.....	50
Análise dos dados e Discussão dos Resultados.....	50
4.1 Análise Documental	51
4.1.1 Planeamento e Gestão Institucional	51
4.1.2 Práticas de Autoavaliação	52
4.1.3 Avaliação Externa e Acreditação	52
4.1.4 Promoção da Cultura de Qualidade	52
4.1.5 Síntese Interpretativa.....	53
4.2 O Papel do INAAREES.....	53
4.3 Processo de Autoavaliação	60

4.4 Garantia da Qualidade Institucional	66
4.4.1 Limitações financeiras e impacto no desempenho institucional	67
4.4.2. Escassez de capital humano qualificado	68
4.4.3. Fragilidade das infraestruturas e recursos materiais	69
4.4.4. Limitações na produção científica e investigação	70
4.5 Melhoria Contínua.....	72
4.5.1 Reflexão e ação integradas.....	74
4.5.2 Avanços no subsistema de ensino superior angolano	75
CAPÍTULO V.	77
Considerações Finais	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS	84
Apêndices	85
I. Desenho - Guião das entrevistas.....	86
II. Termo de consentimento informado	90
III. Modelo de e-mail usado para contactar os participantes	92

CAPÍTULO I.

INTRODUÇÃO

O subsistema de ensino superior angolano, depois de um período de expansão e diversificação da oferta formativa, enfrenta desafios estruturais que comprometem a sua capacidade de assegurar qualidade e uma gestão institucional eficaz. Nesse processo de desenvolvimento, a gestão institucional revela-se fragilizada por práticas pouco sistemáticas de avaliação interna, baixo nível de investigação científica, insuficiente articulação entre a oferta formativa, dificuldade em infraestruturas, entre outras fragilidades (Carvalho, 2014). Neste contexto garantir a qualidade no ensino superior é um desafio importante para as instituições de ensino superior (IES), pois está ligado à formação de profissionais capacitados e ao bom funcionamento dessas mesmas instituições. Em Angola, esse desafio é ainda maior, já que muitas instituições ainda enfrentam dificuldades para organizar e melhorar seus processos internos de ensino e gestão. Como destaca Silva (2016), a criação do Instituto Nacional de Avaliação e Acreditação e Reconhecimento de Estudos Superiores (INAAREES), em 2013, indicia a importância da avaliação no ensino superior como forma de estabelecer um quadro de referência de atuação das IES, segundo os indicadores de qualidade estabelecidos pelo governo angolano.

Assim, a autoavaliação nas instituições surge como uma ferramenta essencial nesse contexto. Ela permite que as próprias instituições identifiquem seus pontos fortes e os aspetos que precisam ser melhorados, contribuindo para a melhoria contínua e para a construção de uma cultura de qualidade dentro do ensino superior angolano. Para Mendes (2013), a autoavaliação institucional é feita por um órgão interno as IES que incentiva, coordena e possibilita a articulação e coerência dos diversos instrumentos avaliativos.

O presente estudo tem, assim, como objetivo central analisar como a autoavaliação institucional promove a melhoria contínua das IES angolanas. A investigação foca-se na autoavaliação como instrumento estratégico para promover a qualidade no subsistema de ensino superior em Angola. Por outro lado, os objetivos específicos consistem em analisar o papel do INAAREES no processo de avaliação das instituições e analisar como a autoavaliação institucional contribui para a melhoria contínua e o desenvolvimento das IES. A abordagem do estudo é de carácter qualitativo, com recurso à análise de conteúdo e análise documental.

Dessa forma, o estudo busca uma visão fundamentada sobre a importância da autoavaliação para fortalecer a qualidade do ensino superior em Angola. Para efeitos,

pretende-se responder à seguinte questão: Como a autoavaliação institucional promove a melhoria contínua das IES angolanas na perspetiva do INAAREES?

A relevância do estudo centra-se na análise do papel do INAAREES, órgão responsável por acompanhar e garantir a qualidade a nível do ensino superior. Com isso, pretende-se contribuir para valorizar a autoavaliação como ferramenta de crescimento das IES e dos sistemas de ensino angolano. Além disso, o estudo poderá apoiar o INAAREES no reforço de estratégias direcionadas para a cultura de qualidade, ajudando a desenvolver a melhoria contínua no ensino superior em Angola.

Segundo Sobrinho (2003), a avaliação e a autoavaliação são vistas como instrumentos fundamentais para assegurar a qualidade e a credibilidade das IES perante a sociedade. Em Angola, o INAAREES tem a responsabilidade de promover uma cultura de qualidade e de garantir que os processos dentro das IES estejam alinhados com padrões nacionais e internacionais (INAAREES, 2022). Nesse contexto, analisar a forma como a autoavaliação contribui para o desenvolvimento institucional é essencial para compreender os avanços e os desafios do subsistema de ensino superior angolano.

A investigação concentrou-se no INAAREES, órgão responsável pela condução e acompanhamento dos processos de avaliação e acreditação das IES em Angola. Foram realizadas 10 entrevistas semiestruturadas com líderes e colaboradores do instituto, escolhidos por atuarem diretamente nas atividades de planificação, implementação e monitorização da autoavaliação institucional. Esta investigação permitiu, assim, analisar as perceções e desafios enfrentados pelos profissionais que, a nível nacional, participam da gestão da qualidade no ensino superior angolano, oferecendo uma leitura contextualizada do modo como a autoavaliação vem sendo conduzida em Angola.

O trabalho começou por contextualizar o ensino superior em Angola, destacando os desafios relacionados à qualidade e à gestão institucional. Na Introdução foi contextualizada a problemática relacionada com o papel do INAAREES no desenvolvimento de uma cultura de qualidade, através da promoção da autoavaliação, bem como a apresentação da relevância do estudo, os objetivos, abordagem metodológica adotada, natureza do estudo e o instrumento de investigação.

No Capítulo II, apresenta-se o Enquadramento Teórico, abordando os conceitos que sustentam a pesquisa. Em seguida, foi analisada a organização do sistema nacional de garantia da qualidade, destacando o papel do INAAREES na avaliação e acreditação das instituições. O Capítulo II prossegue com a definição de avaliação e de autoavaliação institucional, enfatizando sua importância como instrumento de melhoria contínua. Por fim, é explorado o conceito de cultura de qualidade, mostrando a relação entre a autoavaliação e

a construção de uma prática de excelência dentro das instituições.

No Capítulo III, Percurso Metodológico, detalha-se o desenho da pesquisa. São apresentados o tipo de estudo, a contextualização da pesquisa, as estratégias de coleta de dados, os procedimentos de análise e as considerações éticas, incluindo a garantia de anonimato e confidencialidade dos participantes e a segurança dos dados coletados.

O Capítulo IV, Resultados da Pesquisa, apresenta os principais achados da investigação, a partir das entrevistas e da análise documental, confrontando-os com a literatura no campo da avaliação no ensino superior. Neste capítulo, são discutidos os impactos da autoavaliação na melhoria contínua das instituições e na promoção de uma cultura de qualidade, identificando pontos fortes e áreas de melhoria no contexto analisado.

Por fim, a Conclusão sintetiza os resultados da pesquisa, destacando as contribuições teóricas para o campo das ciências da educação, as limitações do estudo e sugestões para futuras investigações. Neste capítulo, fazem-se também recomendações que pretendem o fortalecimento da cultura de qualidade nas IES em Angola.

CAPÍTULO II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO



2.1 Subsistema de Ensino Superior Angolano

O subsistema de ensino superior constitui um elemento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico e cultural de um país. Enquanto base essencial para a promoção do desenvolvimento sustentável e a mitigação da pobreza, contribui significativamente para a formação de capital humano qualificado, apto a responder de forma eficaz às exigências do contexto nacional e a promover transformações estruturais por meio da aplicação de conhecimentos científicos e tecnológicos. Esse processo, por sua vez, repercute diretamente na elevação da qualidade de vida da população e no fortalecimento da cidadania.

O subsistema de ensino superior angolano tem sido objeto de investigação por diversas áreas do conhecimento, com especial destaque para as ciências sociais, desde os processos de independência dos países africanos nos séculos XIX e XX. Na África Subsaariana, o Ensino Superior praticamente não existia até a segunda metade do século XX, apresentando a menor taxa de matrícula do mundo (Tauchen, Borges, & Filho, 2019). Por essa razão, sua análise deve ser realizada à luz do contexto histórico e social em que foi concebido e no qual se desenvolveu, considerando as dinâmicas políticas, econômicas e culturais que moldaram sua trajetória.

Segundo Liberato (2016), Angola herdou do regime colonial português um sistema educativo seletivo e autoritário, marcado por políticas excludentes que aprofundavam as desigualdades sociais e raciais. Esse modelo favorecia a transmissão de uma cultura ocidental restrita, acessível apenas a uma minoria, enquanto grande parte da população era privada do direito à educação. As instituições escolares estavam concentradas nas áreas urbanas, deixando as zonas rurais em situação de abandono, o que contribuiu para altos índices de analfabetismo. Como resultado desse legado, Angola alcançou a independência em 1975 com uma taxa de analfabetismo estimada em cerca de 85%, uma das mais elevadas do mundo à época.

Diante da situação, o governo instaurado após a independência passou a atribuir elevada prioridade à educação, reconhecendo-a como um dos pilares fundamentais para a reconstrução nacional. Investiu na expansão do sistema educativo e assumiu a formação de recursos humanos como um eixo estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do país (Filho e Aleaga, 2021). Segundo Mendes (2013), “A massificação da educação implícita à nacionalização e à democratização levou a uma primeira explosão escolar, no ensino geral, verificada nos anos 1978 e 1979” (p. 25). Olhando para os dados apresentados pelo Ministério da Educação, estes foram anos com os maiores registos de matrículas, sendo

2.305.614 e 2.596.276 (MED, s/d.a citado por Mendes, 2013). Quanto ao número de docentes os maiores registos recaem para o ano 1979 e 1981 com um total de 44.612 e 43.899 (Mendes, 2013).

Para compreender a relação entre a história política de Angola e o desenvolvimento do ensino superior, é importante considerar o papel da universidade nesse período:

O início da luta armada em Angola marca um período de afirmação nacional, constituindo um marco significativo para o surgimento do ensino superior no país, com a criação do primeiro espaço de formação universitária em 1962. Nesse contexto, a universidade angolana pode ser compreendida como uma instituição social inserida em dinâmicas políticas e ideológicas, que, a serviço de estratégias partidárias e de Estado, integrou processos hegemônicos vinculados à luta de classes e ao confronto político, desempenhando um papel relevante nas transformações sociais ocorridas ao longo desse período. (Filho e Aleaga, 2021, p. 3)

Instituído em 1962 pelo Decreto de Lei 44530/ 21 de Agosto de 1962, o ensino universitário angolano surgiu com a criação de Estudos Gerais Universitários em Angola, dentro da universidade portuguesa com a criação de 10 (dez) cursos em Luanda, considerada província ultramarina de Angola. Os cursos foram discriminados em: Médico-Cirúrgico; Engenharia Civil, Engenharia de Minas, Mecânica, Eletrotécnica e Químico Industrial. Outros cursos ministrados na época na cidade de Nova Lisboa, atualmente Huambo, são os Agronomia; Silvicultura e Medicina Veterinária e, finalmente, Ciências Pedagógicas em Sá da Bandeira/Lubango (Correia & Roa, 2021).

As primeiras reformas no subsistema de ensino superior em Angola, após a desvinculação da universidade portuguesa, tiveram início em 1976, um ano após a independência do país. Nesse período, a Universidade de Luanda foi renomeada para Universidade de Angola e, posteriormente, em 1985, passou a ser denominada Universidade Agostinho Neto (UAN), em homenagem ao primeiro presidente da República, Dr. António Agostinho Neto (Silva & Mendes, 2011, citado por Elias, 2016).

No entanto, o projeto de expansão e modernização do ensino superior em Angola sofreu retrocessos significativos devido aos diversos condicionalismos e limitações impostos pela guerra civil, que perdurou por mais de duas décadas. Até 2009, a Universidade Agostinho Neto era a única instituição pública de ensino superior no país (LMGSES, 2005), assumindo, assim, um papel singular. Detinha o monopólio absoluto do ensino superior público, além de ser responsável pela gestão e implementação de todas as políticas relacionadas ao desenvolvimento do subsistema de ensino superior (LMGSES, 2005).

Além de ser a única universidade pública, a Universidade Agostinho Neto atuou, em função das vicissitudes políticas e da instabilidade do país, quase como um órgão equivalente ao Ministério do Ensino Superior em Angola, até aproximadamente o ano de 2009. Nesse

ano, foi realizada uma reforma institucional significativa, marcada pela promulgação da Lei Orgânica do subsistema de ensino superior, por meio do Decreto-Lei n.º 90/09, de 15 de Dezembro.

O Decreto-Lei considerou que a legislação vigente até então para o subsistema de ensino superior não atendia aos novos desafios e tendências enfrentados pelo setor no país, tampouco às perspectivas do governo. Por isso, tornou-se necessária uma profunda reformulação no funcionamento e na gestão desse subsistema.

A aprovação das diretrizes para a melhoria da gestão do ensino superior, por meio da Resolução n.º 4/07, de 2 de fevereiro, do Conselho de Ministros, juntamente com o respetivo plano de implementação, estabeleceu os principais eixos da reforma do subsistema em Angola. Essas medidas visaram garantir o cumprimento das orientações estatais, promovendo uma melhoria significativa na qualidade do ensino superior e sua integração estratégica no processo global de reconstrução e desenvolvimento do país.

Apesar de sua subordinação ao Ministério da Educação, a Universidade Agostinho Neto desempenhou um papel duplo: por um lado, atuou como entidade reguladora das políticas estatais para o ensino superior; por outro, manteve sua função como instituição universitária. Essa dualidade decorreu, sobretudo, da ausência de um departamento específico dedicado ao ensino superior nos órgãos do governo. Tal situação foi posteriormente corrigida com a criação da Direção para o Ensino Superior, que evoluiu para a Secretaria de Estado para o Ensino Superior (LMGSES, 2005).

Com a aprovação da Lei de Bases do Sistema de Educação, Angola iniciou uma etapa de transição do antigo modelo educacional, implementado a partir de 1978, para um novo modelo de sistema de educação. No atual formato, o ensino universitário é estabelecido como um subsistema da educação, estruturado em níveis de graduação e pós-graduação (Victorino, 2021).

De acordo com o Decreto Presidencial n.º 310/20, de 20 de Outubro, que aprova o Regime Jurídico do Subsistema de Ensino Superior, o ensino superior em Angola é definido como um conjunto integrado e diversificado de órgãos, instituições, normas e recursos destinados à formação de quadros e técnicos de alto nível, à promoção e realização da investigação científica, bem como à extensão universitária.

O subsistema de ensino superior passou por uma expansão significativa. Em 2009, a Universidade Agostinho Neto foi submetida a um processo de redimensionamento (Decreto n.º 5/09), e, no mesmo ano, foram criadas novas universidades públicas (Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio). Como resultado, o país passou a contar com mais de 40 faculdades distribuídas por diversas cidades.

A abertura do ensino superior ao setor privado possibilitou a criação de IES mantidas por entidades particulares. A autorização para a abertura da Universidade Católica de Angola, deu azo ao surgimento de outras IES privadas, desde 1999 o país conta com mais de cinco IES (SEES, 2005 citado por Mendes, 2023), nomeadamente: Universidade Jean Piaget de Angola, a Universidade Lusíada de Angola, o Instituto Superior Privado de Angola (atual Universidade Privada de Angola), o Instituto Superior de Relações Internacionais e a Universidade Independente de Angola (Mendes, 2023). Com estas instituições e com a expansão da UAN, em 2005 a rede de IES, que apenas existia em três províncias (Luanda, Huambo e Lubango) passa a implantar-se em mais sete províncias (Benguela, Cabinda, Kuanza-Sul, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Namibe e Uíge) (Mendes, 2023).

Em 2007 foram licenciadas mais oito novas instituições privadas, designadamente: Universidade Gregório Semedo, Universidade de Belas, Universidade Óscar Ribas, Universidade Metodista de Angola, Universidade Técnica de Angola, Instituto Superior Técnico de Angola, Escola Superior Agrária do Kuanza-Sul, Instituto Superior de Ciências Sociais e Relações Internacionais e a Universidade Privada de Angola. Este constitui o período de maior expansão e diversificação do ES, público e privado, em Angola (Mendes, 2023).

Tal expansão contribuiu significativamente para o aumento do acesso, resultando na triplicação do número de matrículas e no crescimento contínuo ao longo dos anos.

Quadro I. Indicadores Nacionais de Aumento/2018

Indicadores	Natureza		Total Geral
	Pública	Privada	
Candidatos Inscritos	155 701	99 053	254 754
Candidatos Admitidos	20 512	86 237	106 749
Candidatos não admitidos	135 189	12 816	148 005
Estudantes Matriculados pela 1ª vez	20 582	72 242	92 824
Estudantes Matriculados	124 756	183 553	308 309
Matriculados em Cursos de Pós-Graduação	4 431	1 786	6 217
Graduados 2018	10 083	11 578	21 661
Bolseiros Internos	17 864	8 987	26 851
Bolseiros Externos			2 902

(Ministério do Ensino Superior, 2021)

O Decreto Normativo de 2009 estabeleceu um subsistema de educação superior com natureza binária, composto pelos setores público e privado, o que influenciou diretamente o crescimento do número de instituições. Com isso, integrou-se ao sistema um conjunto diversificado de instituições públicas e privadas, tanto universitárias quanto politécnicas, abrangendo Universidades, Academias de Altos Estudos, Institutos Superiores e Escolas Superiores, distribuídas por todo o território nacional angolano.

O Decreto n.º 90/09 estabelece as Normas Gerais Reguladoras do subsistema de ensino superior, definindo os princípios específicos, o papel dos diferentes atores, os tipos de instituições e as diretrizes para a sua organização e funcionamento. Entre os princípios orientadores Elias (2016) destaca;

- **Papel regulador do Estado:** que dita regras, diretrizes e políticas para garantir o funcionamento adequado das IES, concretamente a fiscalização, a normatização dos currículos, a certificação dos diplomas e a verificação da qualidade do ensino.
- **A autonomia das IES:** o direito das instituições superiores de se organizarem e se conduzirem de maneira independente, sem muita intervenção do Estado ou de outras entidades externas.
- **A liberdade académica:** princípio fundamental que garante que docentes, discentes e pesquisadores possam ser livres para expressar e discutir ideias dentro do ambiente académico, sem medo de censura ou repressão.
- **A gestão democrática:** à cooperatividade na tomada de decisões, envolvendo não apenas os gestores das instituições, mas também professores, alunos e, em alguns casos, os técnicos administrativos.
- **A qualidade dos serviços prestados:** trata-se do nível de excelência nas atividades educacionais, nos serviços de apoio aos estudantes (como bibliotecas, laboratórios, tutoriais) e na infraestrutura das instituições.
- **Equilíbrio na distribuição da rede de IES:** se refere à maneira como as IES estão distribuídas geograficamente, buscando evitar monopolizar as instituições de qualidade apenas em grandes centros urbanos e garantindo acesso ao ensino superior em regiões mais afastadas ou carentes.

A implementação de políticas nacionais voltadas para a regulação do subsistema de ensino superior contribuiu significativamente para sua expansão. Com isso, a UAN deixou de ser a única instituição de ensino superior no país, dando lugar à criação de novas instituições públicas e privadas, distribuídas por diversas regiões de Angola, conforme já mencionado.

Quadro II. IES por Tipo e Natureza-2019

Tipo de IES	Natureza		Total Geral
	Públicas	Privadas	
Academias	1		1
Escolas Superiores	4	1	5
Institutos Superiores	14	47	61
Universidades	8	10	18
Total Geral	27	58	85

(Ministério do Ensino Superior, 2021)

Quanto a sua distribuição por região foram distribuídas nas seguintes:

Quadro III. Distribuição por Região

Região académica (RA) e suas províncias	Nome da Universidade
RA I (Luanda e Bengo)	Universidade Agostinho Neto
RA II (Benguela e Kuanza Sul)	Universidade Katyavala Buila
RA III (Zaire e Cabinda)	Universidade Onze de Novembro
RA IV (Lunda Norte, Lunda Sul e Malanje)	Universidade Lueji A'Nkonde
RA V (Huambo, Bié e Moxico)	Univ José Eduardo dos Santos
RA VI (Huila, K. Kubango, Namibe e Cunene)	Univ Mandume ya Ndemufayo
RA VII (Uíge e Kuanza Norte)	Universidade Kimpa Vita)

(Victorino, 2021, p.10)

A expansão do ensino superior em todo o território nacional impulsionou um crescimento significativo no número de estudantes, docentes e demais envolvidos na área. O Anuário Estatístico do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação apresenta dados sobre esse aumento, com informações atualizadas até 2019, a última edição publicada. Desde então, o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação de Angola (MESCTI) não divulgou novas edições do anuário estatístico (Lourenço, 2023).

Quadro IV. Indicadores Nacionais do Ano Académico 2019

Indicadores	Sexo		Total
	M	F	
Número de Docentes	8 858	2 575	11 433
% de Docentes com Mestrado	34,48	39,84	35,69
% de Docentes com Doutoramento	11,15	9,71	10,83
Número de Técnicos Administrativos	4 341	3 607	7 948
Número de Graduados 2018	10 912	10 749	21 661
Número de Vagas	154 023		
Número de Candidatos Inscritos	135 659	119 095	254 754
Número Estudantes Matriculados pela 1ª vez	495 30	43 294	92 824
Número de Estudantes Matriculados	167 349	140 960	308 309
Bolseiros Internos	17 864	8 987	26 851
Bolseiros Externos	1 732	1 170	2 902
Taxa de Ingresso (Estudantes Matriculados pela 1ª vez)	60		
Rácio Candidatos/Vagas	2		
Rácio Estudantes Matriculados/Docentes	27		
Rácio Estudantes Matriculados/Funcionários	39		
Rácio Funcionários/Docentes	1		
Número de Estudantes Matriculados por 100.000 Habitantes	1 022		
Índice de paridade dos Estudantes Matriculados	0,84		
Taxa Bruta de Escolarização	8,7%		
Taxa Líquida de Escolarização	3,9%		
População Estudantil na faixa etária 18 - 24	135 939		
População Angola	30 175 553		
População Angola na faixa etária 18 - 24	3 527 379		

(Ministério do Ensino Superior, 2021)

Nesse contexto, a expansão contínua do número de instituições e de estudantes no ensino superior tem representado um desafio crescente para o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. Segundo Lourenço (2023), há aproximadamente quatro anos, o país não realiza, de forma sistemática e oficial, a quantificação dos estudantes

graduados, tampouco identifica os cursos em que esses se formaram. Da mesma forma, não há dados atualizados sobre a proporção de docentes com formação em nível de mestrado, doutoramento, nem sobre outros técnicos que integram o sistema.

A ausência de processos regulares de avaliação e diagnóstico cria lacunas no sistema, refletindo-se diretamente na produção estatística, que deixou de ser documentada de maneira adequada. Considerando que estes dados são fundamentais para a compreensão do ambiente universitário e para a análise do seu desenvolvimento. Essa carência representa um entrave significativo para a formulação de políticas públicas (Lourenço, 2023). Além disso, compromete o trabalho de investigadores e especialistas, que dependem dessas informações para produzir estudos e propor soluções baseadas em evidências.

Importa realçar que os dados estatísticos não representam apenas números; são instrumentos fundamentais para orientar o avanço do conhecimento e o progresso do país. Sem essas informações, o planejamento torna-se impreciso, deixando o país em uma situação de incerteza e vulnerável a desvios dos objetivos estratégicos estabelecidos, em outras palavras, o ensino superior caminha às cegas (Lourenço, 2023)

Segundo Silva (2023), em seu artigo “*A crise no ensino superior em Angola*”, um dos principais desafios enfrentados pelo Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) e pelas IES em Angola está relacionado à sua missão educacional: formar academicamente os jovens, preparando-os de forma eficaz para a inserção no mercado de trabalho.

De acordo com o *relatório Estado da Educação 2018*, do Ministério da Educação (MINEDU), apenas 17% das IES públicas e 9% das privadas estavam devidamente acreditadas pelo Conselho Nacional de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior (CNAQ) (Silva, 2023). O Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) aponta que grande parte das fragilidades do subsistema decorre da falta de envio regular e oportuno de dados por parte das IES (Lourenço, 2023). Essa omissão compromete a capacidade do Ministério de acompanhar, em tempo real, a situação global do sistema e de adotar medidas corretivas baseadas em evidências.

A falta de comunicação sistemática compromete não apenas o processo de tomada de decisão por parte do (MESCTI), mas também a eficácia das políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade do ensino superior em Angola. A ausência de dados atualizados dificulta a implementação de medidas corretivas, o acompanhamento do desempenho institucional e a avaliação da relevância dos cursos oferecidos em relação às necessidades do mercado de trabalho (Lourenço, 2023).

Para reverter esse cenário, é fundamental que o Ministério do ensino superior adote uma cultura institucional orientada pela transparência, responsabilização e compromisso com a qualidade. Isso inclui o fortalecimento dos mecanismos de recolha, tratamento e partilha de dados entre as instituições e os órgãos de tutela, bem como a obrigatoriedade do cumprimento de prazos estabelecidos para o reporte de informações estatísticas e académicas. Além disso, a digitalização dos processos de avaliação e monitoramento pode contribuir para uma maior eficiência, possibilitando ao Ministério atuar de forma mais proativa e estratégica na gestão do setor (Lourenço, 2023).

Além disso, o setor caracteriza-se por uma limitada produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico, além de apresentar uma fraca articulação entre o ensino e a pesquisa (Silva, 2023). Essa fragilidade estende-se também à relação entre as IES e os agentes económicos e sociais, comprometendo a relevância prática da formação oferecida e a contribuição efetiva da academia para o desenvolvimento nacional (Silva 2023). Outro fator crítico, de acordo com Silva (2023), é a crónica escassez de financiamento, que compromete seriamente a qualidade do ensino superior no país. Essa limitação orçamental traduz-se na insuficiência de recursos humanos qualificados, materiais e infraestruturas adequadas. Conforme o Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Superior (SINPES), o orçamento atualmente destinado ao setor é notoriamente insuficiente para cobrir as necessidades básicas do sistema, o que compromete não apenas sua expansão, mas também sua sustentabilidade e qualidade.

A atual situação de subfinanciamento, refletida na escassez de recursos nas IES, tem impactado diretamente a motivação dos profissionais que atuam nesse sistema. O setor tem sido marcado por sucessivas greves dos docentes, que reivindicam aumentos salariais e melhores condições de trabalho. Além da questão remuneratória, os professores denunciam a inexistência de uma carreira docente estruturada, a precariedade dos vínculos laborais, a sobrecarga de trabalho e a limitada autonomia académica. Esses fatores comprometem a qualidade do ensino e da investigação científica, gerando um ambiente desfavorável ao desenvolvimento académico e institucional (Silva, 2023).

Nesse contexto de precarização, a figura do docente universitário tem sido progressivamente desvalorizada. Como destacam Paxe & Nguluve (2023), no contexto angolano atual, o docente universitário deixou de ser percebido como um intelectual, tanto dentro quanto fora da instituição. Uma vez cooptado pelo regime político ou submetido às lógicas do mercado, ele passa a ser tratado como um mero prestador de serviços, com uma agenda pré-definida a cumprir e sem autonomia suficiente para negociar seus direitos laborais. Nesse cenário, o estudante assume o papel de cliente, reduzindo-se a relação

educacional a uma lógica essencialmente comercial. Essa dinâmica mercantilizada compromete não apenas o papel crítico e transformador da universidade, mas também a própria essência da educação superior como bem público. A perda da autonomia docente e a transformação do estudante em consumidor enfraquecem o vínculo pedagógico, desvirtuam os objetivos da formação e geram impactos diretos na qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão (Paxe & Nguluve, 2023)

Por outro lado, a educação e a formação, ao longo da vida, no contexto em análise, parece que ainda não foram organizadas de forma generalizada e sistemática. De modo geral, as universidades devem cumprir três funções fundamentais: investigação, ensino e prestação de serviços à sociedade (Santos, 1989). Nesse sentido, a desvalorização crescente dos docentes universitários angolanos tem provocado uma rutura no seio acadêmico, agravando a escassez de profissionais qualificados para atender à demanda. O sindicato dos professores do ensino superior, é claro em afirmar que o orçamento destinado ao setor é insuficiente para cobrir as necessidades do sistema (Silva, 2023). O que se observa é que as universidades têm sido progressivamente transformadas em meros espaços como um outro qualquer, perdendo de vista os princípios que orientam sua criação, que é a de investigar, ensinar e prestar serviços à sociedade como menciona Santos (1989).

De acordo com as Nações Unidas, a universidade deve orientar-se prioritariamente para a formação de capital humano qualificado, e não apenas para a lógica da competitividade de mercado, pois a verdadeira riqueza de uma nação reside no seu povo (PNUD, 1990).

As IES são, por excelência, agentes estratégicos do desenvolvimento humano. Por isso, sua missão vai além da simples transferência de conhecimento científico e tecnológico para o setor empresarial. Elas devem formar indivíduos capazes de transformar a realidade social, promovendo um desenvolvimento inclusivo e sustentável, que beneficie toda a sociedade (PNUD, 1990).

Para as Nações Unidas (PNUD, 1990), o desenvolvimento humano é entendido como um processo de ampliação das oportunidades e capacidades das pessoas, garantindo-lhes uma vida longa e saudável, acesso à educação de qualidade e condições dignas de existência. Portanto, o papel da universidade deve ser central na construção de uma sociedade mais equitativa, crítica e participativa.

Isso significa que a avaliação nas instituições universitárias não deve concentrar-se excessivamente na quantidade de produção científica, especialmente no número de publicações acadêmicas, em detrimento de aspetos fundamentais como a formação ética, moral, cidadã e pessoal de estudantes, docentes e demais membros da comunidade

acadêmica. Há um risco, ou mesmo uma tendência já em curso de se priorizar a produtividade acadêmica como principal critério de avaliação, negligenciando a missão essencial da universidade: a formação integral de indivíduos com caráter, consciência ética e responsabilidade social.

Com base na realidade descrita por Brás (2022, p.76), “nos seus poucos anos de vivência e convivência “universitária” enquanto funcionário não docente (oito anos), estudante (sete anos) e docente (dois anos) olhando para a realidade das universidades de Angola, considerou que ser universitário atualmente em Angola é ser um “fingido””. Com efeito, defendeu a tese que, “todos somos fingidos e todos fingimos”. Basta voltarmos ao encontro Pedagógico do Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola que esteve subordinado ao lema “Os desafios da qualidade no IMETRO”, naquela ocasião foram apresentados alguns casos que são sinais evidentes deste fingimento (docentes que seduzem estudantes e inventam notas, estudantes que corrompem docentes e funcionários não docentes, que acabam por aceitar serem corrompidos) (Brás, 2022).

Para uma grande maioria dos angolanos, ser universitário é buscar apenas por um atatus social, é tornar-se superior aos que estão no seu entorno, há uma espécie de busca por uma falsa felicidade (Brás, 2022). Além disso, ser universitário em Angola é ser politicamente correto, proibido de pensar diferente. Nota-se uma grande resistência dos chamados “universitários” à diversidade de opiniões. A maioria confunde conflitos de ideias com conflitos de personalidade pelo que é bastante comum transformarem-se desacordos científicos em problemas pessoais. Existindo gente que durante muito tempo é remetida ao abandono ou à mobilidade social estagnada por pensar diferente (Brás, 2022).

O acesso e a frequência do ensino superior em Angola são marcados por fortes desigualdades socioeconómicas. Segundo o relatório “Estado da Educação 2018”, há uma fraca inserção dos diplomados no mercado de trabalho pelo facto de que o ensino superior em Angola tem dificuldades em responder às expectativas do próprio mercado. O relatório do Ministério da educação assinala que, Angola é um dos países com 5 maior taxa de desemprego entre os diplomados do ensino superior (25%, contra 7% na média da África Subsariana). Além disso, há uma fraca adequação entre a oferta e a procura de qualificações no mercado de trabalho (Silva, 2023). Significa que, o sistema está muito mais preocupado em quantificar do que qualificar como devia ser.

A dificuldade na implementação de políticas públicas, voltadas para a orientação e regulação do sistema, tem sido um fator determinante no agravamento da situação do ensino superior em Angola. Essa ineficiência tem resultado em um número cada vez menor de estudantes que conseguem concluir a licenciatura dentro do prazo previsto. Em vez de

finalizarem o curso em 4 ou 5 anos, como estipulado, muitos acabam levando até três vezes mais tempo, concluindo a formação em 12 anos ou mais (Liberato, 2016).

Considerando, o problema relacionado com a qualidade da educação, importa realçar que, em Angola os marcos legais reforçam princípios reguladores do Estado-avaliador, coexistindo com a ideia de autonomia como ampliação da participação política e social. Assim, é necessário articular os processos de avaliação e de regulação, pois o primeiro comporta a autonomia e a diversidade das instituições e sujeitos educativos, os quais podem subsidiar e fundamentar as decisões no âmbito da regulação do estado. (Tauchen, Borges, & Filho, 2019)

A título de exemplo da importância da autonomia nas instituições temos o caso de Portugal:

A autonomia institucional foi amplamente assumida como um instrumento de regulação para orientar politicamente sistemas públicos e instituições, com o objetivo de implementar modelos de governação que possam responder adequadamente a ambientes competitivos, sempre em mudança. Ainda que haja um amplo consenso sobre a atribuição de autonomia às universidades e sobre a necessidade de aumentar a autorregulação, os governos têm necessidade de garantir que os seus objetivos são realmente considerados, reforçando, por isso, os seus quadros de coordenação e regulação. (Veiga et al. 2014, p.12)

Como descrito acima, o governo português tem demonstrado dificuldades em controlar o funcionamento interno e externo das universidades. Essa afirmação dá-se devido ao incumprimento do anuário estatístico que de certo modo orienta o sistema. Assim, avaliamos que é importante que as universidades trabalhem de forma autónoma e que se auto regulem. Porém é importante que o governo garanta que os seus objetivos sejam considerados, demandando ações do Estados como organizador, supervisor e fiscalizador da qualidade das instituições. Outro aspeto que suscita atenção são as crises institucionais refletidas na falibilidade dos diplomas, ou seja, o problema do quantitativismo dentro e fora das universidades. É, no então conhecido que de modo geral as qualidades ultrapassam as quantidades. De modos a compreender essa abordagem, Boaventura Santos analisa da seguinte forma:

Perante a verificação que a França produz mais diplomas que a Alemanha, mas possuir uma taxa de enquadramento docente (número de alunos e docentes) muito inferior (23 na França, 9 na Alemanha). Fácil será concluir que o sistema universitário francês é mais eficaz que o alemão. No entanto, tal conclusão nada diz sobre a qualidade dos diplomas. É certo que qualquer destes fatores pode ser por sua vez operacionalizado em indicadores em quantitativos, mas pelos mesmos motivos acaba por reproduzir no seu âmbito a irredutibilidade de qualidade á quantidade (Santos, 1989, p. 34).

Diante do facto que, o país licencia esse número muito considerável anualmente suscita saber se esse crescimento de formados tem sido acompanhado da correspondente atenção à qualidade dos diplomas e qualidade das aprendizagens. Quanto à profissionalização! Estão aptos para atuar frente aos desafios que lhes são colocados? Visto que, há uma fraca adequação entre a oferta e a procura de qualificações no mercado de trabalho (Silva, 2023).

Importa saber que, quando a comunidade universitária aceita e adota como norma a avaliação baseada apenas em números, distorce as prioridades dos docentes e pesquisadores, escolhendo temas ou práticas de pesquisa que aumentem suas métricas, e não necessariamente que contribuam mais para o avanço do conhecimento ou para a sociedade.

Com base neste pensamento, Liberato (2019) reforça que o modelo do subsistema de ensino superior em Angola tem assistido a um crescente aumento de críticas em relação ao seu desempenho, eficiência, eficácia e sua degradação. Dessa forma, as universidades estão de facto a enfrentar críticas e questionamentos sobre sua performance e qualidade, o que se relaciona diretamente com a crise de hegemonia (perda de autoridade/influência) e a crise de legitimidade (questionamento social e académico da validade dos diplomas e da qualidade do ensino) (Liberato, 2019).

Com base nisso, vê-se que, o subsistema de ensino superior em Angola está perdendo sua posição de liderança e influência social, ou seja, as IES estão perdendo suas identidades e qualidade intelectual. Deixando de ser espaços de pensamento crítico, produção de conhecimento profundo e formação de cidadãos conscientes. Seus diplomas perdendo valor e reconhecimento diante da sociedade, seja porque a formação é considerada a fraca, seja porque não garante boas oportunidades no mercado de trabalho dentro e fora do país. Isso, de forma clara coloca em dúvida a credibilidade das instituições a nível superior.

Organização do sistema nacional de garantia da qualidade no ensino superior

Como descrito acima, o Executivo angolano definiu, através do Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior (RJAAQIES), (Decreto Presidencial nº. 203/18, de 30 de agosto), a forma de organização e implementação do Sistema Nacional de Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SNGQES), por via de três (3) tipos de processos: a Autoavaliação; Avaliação Externa e Acreditação.

Nesta ordem, a autoavaliação é realizada pela própria IES, para aferir internamente o seu desempenho. A avaliação externa e a acreditação, por sua vez, são realizadas por uma entidade exterior à IES (Divovo, Tomé, & Zau, 2023). Estes autores afirmam que, até o ano de 2023, só 30 cursos de medicina e outros de ciências da saúde tinham sido avaliados, num total de 9 IES, ficando por avaliar cerca de 156 cursos da oferta formativa nacional. Estes cursos aguardavam pelo processo de acreditação, como passo subsequente à avaliação externa (Divovo, Tomé, & Zau, 2023).

De acordo com o INAAREES (2022):

A garantia de qualidade tem como objetivos proporcionar a melhoria da qualidade do desempenho das IES e dos seus ciclos de estudos e garantir o cumprimento dos requisitos básicos do seu reconhecimento oficial, através da avaliação e da acreditação, promovendo uma cultura institucional interna das IES de garantia da qualidade. (p. 10)

Essa perspetiva evidencia a importância atribuída, em Angola, à consolidação de mecanismos que assegurem a credibilidade e a eficácia do ensino superior, reforçando a necessidade de práticas sistemáticas de autoavaliação e melhoria contínua.

Importa salientar, contudo, que a preocupação da garantia da qualidade no ensino superior não se restringe ao contexto angolano. Em Portugal por exemplo, a avaliação dos ciclos de estudo constitui igualmente um instrumento orientado para a melhoria da qualidade educativa, visando identificar pontos fortes e fragilidades, bem com oportunidades e ameaças de modo a definir estratégias que favoreçam o aperfeiçoamento contínuo do sistema. (Remião & Veiga, 2023).

Assim, o processo de acreditação de um ciclo de estudo visto como uma oportunidade de reflexão estratégica permiti, assim, conceber um novo plano de estudos como uma resposta evolutiva, levando-nos a recomendar que os processos de avaliação interna se centrem na motivação, comunicação, coordenação e estabelecimento de sistemas de monitorização e gestão da qualidade (Remião & Veiga, 2023).

Dito de outra forma, a avaliação de um ciclo de estudo tem como finalidade identificar ou alistar aspetos fortes e fracos, oportunidades e ameaças dentro do sistema educativo superior e permite traçar planos para o seu melhoramento. Assim, o processo de acreditação permite as IES trabalharem num novo plano organizacional de qualidade que garante a motivação, comunicação e coordenação das suas atividades.

Embora persistam vários desafios, começam a surgir sinais encorajadores no processo de fortalecimento da garantia da qualidade do ensino superior em Angola. O governo tem demonstrado empenho nesse domínio, sobretudo com a criação do INAAREES e a

implementação do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade do Ensino Superior (SNGAQES), medidas que refletem a intenção de consolidar práticas de gestão e avaliação mais consistentes (INAAREES, 2022). O INAAREES, em particular, tem assumido um papel fundamental, conduzindo processos de avaliação, acreditação e acompanhamento da qualidade tanto nas instituições públicas quanto nas privadas.

Nesse cenário, a gestão institucional passa a ter um peso determinante, pois é nela que se materializam as políticas e estratégias de melhoria da qualidade. Essa gestão deve envolver todos os que fazem parte da vida académica como professores, estudantes, pessoal técnico e administrativo, além da própria sociedade, reconhecendo que a qualidade é um compromisso coletivo. Assim, ao promover a investigação científica, técnica e cultural, as IES reforçam valores como a excelência, o mérito e a inovação, contribuindo de forma direta para o desenvolvimento humano e o progresso do país (Elias, 2016).

No ensino superior, o conceito de qualidade é apresentado como um conceito multidimensional, multinível e dinâmico, que se relaciona com o contexto de um modelo educacional, com a missão e objetivos institucionais, bem como com as normas e os termos de referência específicos de um determinado sistema, instituição, curso, programa ou unidade disciplinar (André, 2016). A qualidade pode, assim, assumir diferentes significados, por vezes conflitantes, dependendo: (i) da perspetiva dos diferentes interessados no ensino superior (por exemplo, estudantes, docentes, áreas disciplinares, mercado de trabalho, sociedade, governo); (ii) das suas referências (inputs, processos, outputs, missões, objetivos, etc.); (iii) dos atributos ou das características do mundo académico a avaliar; e (iv) do período histórico no desenvolvimento do ensino superior (André, 2016).

No contexto angolano, a qualidade no ensino superior é implementada pelo SNGQES, regulamentado pela legislação vigente e operacionalizado por instrumentos como o Guião de Autoavaliação e os Manuais de Avaliação Externa. A atuação do INAAREES, ao monitorar cursos e instituições, vai além da acreditação pontual, funcionando como um processo contínuo para consolidar a cultura de qualidade e promover melhorias permanentes, contribuindo para o alcance do ODS 4, (Divovo, Tomé, & Zau, 2023).

Contudo, não se pode assumir que esses quadros legais, por si só, garantam diretamente a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Eles são, no entanto, fundamentais: sem eles, a situação seria certamente pior. O desafio está em equilibrar a necessária burocracia para implementar o sistema de gestão da qualidade com a capacidade de transformar essa arquitetura administrativa em um instrumento efetivo para aprimorar o ensino e a aprendizagem. O medo é que toda a energia organizacional será gasta no processo

em si, em vez de usar o processo como dispositivo de apoio à melhoria. (Sarrico, Veiga, & Amaral, 2013)¹

Em Angola, o Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) é o órgão responsável pela elaboração e implementação da Política para o Ensino Superior, com o objetivo a formação de quadros de nível superiores e garantir uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humana. O MESCTI também é responsável pelo funcionamento do subsistema, o que pressupõe a coordenação harmoniosa de todas as IES (respeitando, obviamente, os diferentes regimes de autonomia, conferidos por Lei). (Divovo, Tomé, & Zau, 2023)

Pinto & Cangue (2022), descrevem ainda que, cabe ao MESCTI, no âmbito do Plano Nacional de Formação de Quadros, a execução do programa de Formação de Quadros Superiores e a Formação e Capacitação de Professores e de Investigadores para o Ensino Superior e Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o que implica melhorar a rede de IES, com o objetivo de aumentar os cursos e os graduados, aumentar a oferta de pós-graduações e melhorar a qualidade do ensino ministrado com o reforço da qualificação de mestres e doutores; desenvolver o Sistema de Avaliação e Certificação do Ensino Superior; Promover a inovação nas Universidades e nos Centros de Investigação do país, com investigadores de carreira, laboratórios apetrechados e conexão com redes internacionais de investigação e de divulgação, partilha e acesso a dados, nacionais e internacionais.

Em Angola, nos últimos anos, registou-se um aumento significativo de IES e de cursos (perfazendo atualmente cerca de 1.300 cursos e 101 IES legalmente constituídas), e a garantia da qualidade só é possível utilizando as boas práticas de avaliação e acreditação, através da implementação de instrumentos universalmente disseminados. Assim, urge a necessidade de se dar um salto qualitativo, expresso pelo Presidente da República de Angola (aquando da sua tomada de posse do primeiro mandato, a 26 de Setembro de 2017) ao afirmar que reconhecia que não temos um ensino de qualidade, precisamos de trabalhar, dar este

¹ So I do not have a very strong conviction that these legal frameworks alone can have a direct consequence for the quality of teaching and learning. However, I also have no doubts that they are fundamental, they have to exist, because even if with their existence, we do not always get the desired results; without them, it would certainly be worse' (University representative of the quality assurance structure at unit level). It will be a balancing act between the necessary evil of added bureaucracy to implement a quality management system and the capability to turn that bureaucratic architecture into a tool for actual teaching and learning improvement. The fear is that the whole organisational energy will be spent on the process itself, rather than using the process as a supporting device for improvement.

passo, passar da quantidade dos números de alunos matriculados e começarmos a prestar atenção para a qualidade do nosso sistema de ensino superior.

É, no então conhecido que as qualidades transbordam das quantidades. Exemplo: perante a verificação que a França produz mais diplomas que a Alemanha Federal, mas possuir uma taxa de enquadramento docente (número de alunos e docentes) muito inferior (23 na França, 9 na Alemanha Federal). Fácil será concluir que o sistema universitário francês é mais eficaz que o alemão. No entanto, tal conclusão nada diz sobre a qualidade dos diplomas. É certo que qualquer destes fatores pode ser por sua vez operacionalizado em indicadores em quantitativos, mas pelos mesmos motivos acaba por reproduzir no seu âmbito a irredutibilidade de qualidade á quantidade. (Santos, 1989, p. 34)

Diante do facto que Angola licencia anualmente um número muito considerável de estudantes torna-se importante que as instituições se autoavaliem de modos a saber se esse crescimento de diplomados tem se feito acompanhar da correspondente atenção à qualidade dos diplomas e do ensino- aprendizagem. Estabelecer procedimentos de garantia da qualidade nas universidades é indispensável para a medição do seu empenho, proporcionando a melhoria contínua da qualidade das IES, facultando à sociedade informações sobre a sua performance em termos de qualidade e desenvolvendo nelas a cultura interna de garantia de qualidade.

2.2 A Avaliação no Ensino Superior

Precisar o conceito de avaliação com maior clareza nem sempre é fácil, pois ao longo dos tempos, o significado atribuído à mesma tem sido diverso. Conforme explica Sousa (2007), avaliar significa julgar o mérito ou o valor de um determinado objeto ou ação, a partir de critérios previamente estabelecidos. Avaliar consiste no processo de colher informações, e a posterior comparar com um conjunto de critérios ou padrões e no final produzir juízo de valor, fruto dessa comparação (Sousa, 2007).

Maia (2011), escreve a avaliação como um ato pelo qual se produz um juízo de valor incidindo em algo ou num objeto a avaliar e tendo em conta a relação de duas espécies de dados: os dados da ordem do facto em si, que dizem respeito ao objeto real a avaliar, e os dados que são da ordem do ideal e que dizem respeito a expectativas, intenções ou a projetos que se aplicam ao mesmo objeto. Nesta senda, avaliar caracteriza-se pelo grau de adequação entre um conjunto de critérios adequados aos objetivos seleccionados, tendo como objetivo a tomada da decisão (Sousa, 2007).

Na tentativa de conceituar o termo avaliação, observa-se a existência de pontos comuns que conectam as diferentes definições, ainda que apresentadas por distintos autores. Avaliar é, um processo que, embora complexo, revela-se essencial e transversal a todas as

atividades, objetos ou projetos, permitindo que sejam reconhecidos como credíveis, validados e aceites.

A este respeito, Maia (2011), referiu também que, os fins ou objetivos da avaliação em si vão determinar a forma de avaliação, ou seja, o objetivo que leva avaliar algo ou uma determinada atividade vai definir a forma ou o processo que será usado durante toda avaliação. Sintetiza em dois os fins necessários para haver avaliação, em sentido técnico: determinação de mérito e valor de algo, ou seja, toda avaliação, de maneira formal ou científica, busca entender tanto a qualidade intrínseca (mérito) quanto a utilidade ou relevância (valor) do objeto avaliado (Maia, 2011). O autor reconhece, contudo, que não basta esses dois, destacando a melhoria, a prestação de contas, a seriação, a compreensão, a investigação e o apoio à decisão como outros fins ou objetivos concretos da avaliação. Neste sentido, a avaliação é o processo que determina o mérito, o valor de um objeto e, sobretudo, uma ferramenta utilizada com o objetivo de melhorar este mesmo objeto.

Por outro lado, reconhece-se a avaliação como um instrumento fundamental para a promoção da reforma das instituições, para responder à procura do mercado que tem na retaguarda o Estado e enquanto empreendimento a produzir mais qualidade, pertinência e sentido público ao conjunto de atividades académicas, científicas, técnicas e administrativas, bem como às relações sociais, interinstitucionais e intrainstitucionais (Sobrinho, 2003). A avaliação pode também ser vista como um instrumento de gestão propulsor da melhoria contínua do desempenho das instituições, dos seus programas e formações e dos/as seus/suas estudantes (Veiga, 2019). “O sentido da ‘avaliação’ como metodologia restringe impercetivelmente o ‘não-pensado’ ligado a uma multiplicidade de formas de considerar, ponderar e conduzir os processos de avaliação, articulada com o próprio ensino/aprendizagem, com a finalidade de melhorar a qualidade.” (Veiga, 2019, p. 390). A avaliação emerge assim, como um instrumento político e uma metodologia para potenciar a qualidade educativa. Porém, a qualidade educativa parece diluir-se nas várias dimensões das ‘soluções’ avaliativas assim como da sua tecnicidade que, no fim e ao cabo, constituem o que as práticas discursivas em torno da avaliação lograriam em ter em conta para que a ‘avaliação’ pudesse constituir-se como um instrumento pensado e praticado numa lógica pedagógica (Veiga, 2019).

Nesta perspetiva, a avaliação é vista, por (Pinto & Santos, 2006 citado. por Costa, 2020), como uma prática social inscrita num sistema alargado de práticas que desempenham funções em reorganizações sociais no caminho do desenvolvimento.

2.3 A Autoavaliação Institucional

Muito frequente em diversos estudos, o termo autoavaliação remete-nos a um processo de melhorias contínua dentro das instituições tanto a nível básico como superior. De facto, no seu conjunto, esta atividade e as suas consequências contribuem para o reajustamento das práticas educativas capazes de garantirem o equilíbrio funcional, a estabilidade das escolas e a sua mudança controlada, integrando e adequando a realidade decorrente das contingentes lógicas de ação dos diversos atores envolvidos nesse processo.

Nesta perspetiva legal o Decreto Executivo n.º 108/20 de 9 março, 2020 sublinha que, a autoavaliação das IES: é o processo de autoanálise e autoconhecimento que se rege por um conjunto de normas, mecanismos e procedimentos promovidos pelas próprias IES para avaliarem a qualidade do seu desempenho. Para efeitos, o guião de avaliação, a constituição de uma comissão de autoavaliação, o relatório de autoavaliação, plano de melhoria, meta-avaliação, projecto de auto-avaliação e outros, são elementos que devem fazer parte desse processo institucional.

No decreto Executivo n.º 108/20 - Regulamento do Processo que deve ser observado para a Auto-Avaliação da IES, no seu **Artigo 3.º**

1. **«Guião de Avaliação»:** é um instrumento para auxiliar os intervenientes no processo de Avaliação e Acreditação, que tem por objectivo fornecer os procedimentos de forma sistemática, simples e orientar a sua aplicação;
2. **«Comissão de Auto-Avaliação» (CAA):** é um órgão ad hoc de ampla representatividade, nomeado pelos responsáveis da Instituição com o objectivo de coordenar o Processo de Auto-Avaliação, bem como produzir o relatório do referido processo;
3. **«Relatório de Auto-Avaliação» (RAA):** é o documento conclusivo do Processo de Auto-Avaliação, que deve conter para cada dimensão avaliada, os seguintes elementos: a caracterização, os pontos fortes e fracos, as sugestões e um plano de correcções das insuficiências verificadas;
4. **«Plano de Melhoria»:** o plano de melhoria no processo descreve como analisar os processos e identificar as actividades que agregam valor sobre as insuficiências detectadas no âmbito da auto-avaliação;
5. **«Meta-Avaliação»:** processo de análise do funcionamento e dos resultados da avaliação realizada às IES, cursos e ou programas visando promover a melhoria

do processo de avaliação;

6. «**Projecto de Auto-Avaliação**» (PAA): é um instrumento teórico e técnico-metodológico elaborado pela própria comunidade académica, como resultado da integração entre a realidade em que se insere a IES e as directrizes do órgão que tutela o Ensino Superior, com vista orientar a auto-avaliação.

Para Cardoso, Santos & Figueiredo (2002, p. 3), a autoavaliação “é um ciclo, entendido sistemático e regular, de revisão das atividades e resultados da organização em relação a um modelo de excelência, culminando em ações melhor planejadas”. Assim, a autoavaliação institucional necessita do pleno uso das capacidades de auto-análise e autocrítica, o que constitui a auto-ética.

Morin, aponta que, uma das dificuldades que tem se tornado barreira para o desenvolvimento das intuições é a tendência para autojustificação que sempre transfere para o outro o erro ou a falha. Trata-se de um mecanismo, pelo qual cada um se inocenta, se legitima e se promove. O exercício permanente da auto-observação suscita uma nova consciência de reconhecer nosso egocentrismo e (de) medir o grau de nossas carências, lacunas e fraquezas (Morin, 2005). Neste sentido, “a auto-avaliação supõe crítica e afastamento para reflexão, estimulando um diálogo interno construtivo. Contudo, auto-avaliar-se não basta; é preciso gir para autoregulação, automodificação.” (Depresbiteris, 2005, p.10).

Segundo o INAAREES a autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre a sua própria realidade, procurando compreender os significados do conjunto das suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Com efeito, cada IES deve construir uma comissão de autoavaliação, estabelecer um quadro institucional próprio para o seu funcionamento, assim como elaborar um manual de autoavaliação com os indicadores, quadros e padrões adequados constantes no (RJAAQIES), em particular, e no (SNGQES), em geral (INAAREES, 2022). De um lado, a autoavaliação nas IES angolanas é considerada pelo Ministério do Ensino Superior Ciências, Tecnologias e Inovação como um instrumento essencial para garantir a qualidade do ensino, promover a transparência, fortalecer a autonomia institucional e impulsionar o reconhecimento internacional. Por meio de um processo rigoroso e participativo, as IES têm a oportunidade de alcançar padrões elevados de excelência e, assim, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de Angola (INAAREES, 2022). Do outro lado, o Executivo angolano, por meio do Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação da Qualidade

das Instituições de Ensino Superior (RJAAQIES), Decreto Presidencial nº 203/18, de 30 de agosto, estabeleceu a organização e a implementação do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade das IES (SNGQES). Este sistema é estruturado em três processos principais como descreve (INAAREES, 2022, p.11):

1. Autoavaliação;
2. Avaliação Externa;
3. Acreditação.

No que diz respeito à regulação de uma instituição, não são suficientes a autorregulação por si só, e a simples regulação pelo mercado. Torna-se necessária a constituição de um corpo de atores que integre os diferentes interessados no sistema de avaliação, em nível acadêmico e que se assuma como responsável, tanto pela avaliação institucional quanto pela sua melhoria (Depresbiteris, 2005). A decisão de se autorregular, de modificar-se envolve uma outra difícil etapa: complementar as impressões internas com uma avaliação externa. É preciso considerar que frequentemente nos avaliamos, mas não ouvimos as vozes externas, muitas vezes dolorosas, mas necessárias (Depresbiteris, 2005). A autoavaliação no ensino superior tem o potencial de aprimorar as práticas de ensino, pesquisa e extensão nas IES, promovendo um ambiente de constante evolução e melhoria. Por meio de investigações e da formação de gestores qualificados, busca-se fortalecer a cultura de qualidade institucional e fortalecer a visão estratégica do subsistema.

O processo de autoavaliação de IES, cursos e/ou programas pretende alcançar os seguintes objectivos. (Decreto Executivo nº 108/20, **Artigo 4.º**)

- a) Aferir a qualidade do desempenho da IES, de cursos ou de programas, tendo por referência a sua missão e os padrões de qualidade legalmente estabelecidos;
- b) Criar e desenvolver uma cultura de qualidade nas IES e no Subsistema de Ensino Superior;
- c) Contribuir para a identificação de problemas e de potencialidades concretas no domínio da avaliação da qualidade do serviço prestado;
- d) Promover a melhoria contínua da qualidade do desempenho das IES;
- e) Fornecer informações e dados necessários ao processo de avaliação externa e de acreditação.

Nesse contexto, a autoavaliação tem o potencial de aprimorar as práticas de ensino, pesquisa e extensão, criando um ambiente de constante evolução. Por meio de investigações e da formação de gestores qualificados, fortalece-se não apenas a cultura de qualidade

institucional, mas também a visão estratégica das instituições e do subsistema de ensino superior como um todo.

Grégoire (2000), propõe um esboço para articular um processo de auto-avaliação que corresponde aos seguintes passos a serem seguidos:

- a) Uma fase de antecipação- constituída de atividades de previsão para orientar a ação.
- b) Uma fase de controle- que consiste num processo contínuo de comparação entre um estado dado e um resultado a ser alcançado.
- c) Uma fase de ajuste que é a regulação propriamente dita.

Esse processo de autoavaliação pode abarcar instrumentos formais e informais de recolha de informações que, integrados, possibilitarão uma visão abrangente de todo processo institucional. A autoavaliação dentro das IES, portanto, atende em seu principal objetivo conhecer a real situação da instituição, apontando-lhe eventuais melhorias ou correções de rumo.

2.4 As Culturas de Qualidade

O conceito de cultura tem sido discutido sob diferentes perspectivas, sem alcançar consenso entre os estudiosos. Para compreender melhor essa diversidade de sentidos, destacam-se algumas contribuições teóricas. Segundo Aimi (2008), o conceito de cultura não é unânime. O termo cultura tem sido referido geralmente, para descrever as manifestações culturais de uma sociedade, assim como: teatro, cinema, dança etc. Poder-se-ia pensar também em fatos geográficos e históricos relevantes de uma sociedade. A cultura tem sido um mediador entre o ser humano e seus afazeres e tudo aquilo que o homem produz com o intuito de atingir seus objetivos, seja material ou não. Constitui um sistema de práticas ligada pelas relações que se estabelecem dentro de uma sociedade, que pode ocorrer de indivíduo para indivíduos e também entre indivíduos e instituições (Aimi, 2008).

Assim, o conceito de cultura de qualidade por ser complexo de definir implica necessariamente uma certa versatilidade e abrangência. Esta dificuldade torna-se ainda mais notória nas instituições de ensino.

No contexto do ensino superior angolano, “a cultura da qualidade está sendo sedimentada por meio da avaliação contínua e sistemática, cujo objetivo não se limita à acreditação, mas ao uso dos mecanismos avaliativos para garantir e elevar permanentemente a qualidade nas instituições de ensino.” (Divovo, Tomé & Zau, 2023, p. 110).

Os tipos-ideais de cultura de qualidade em instituições de ensino, de acordo com Harvey e Stensaker (2008) cit. por Gomes (2016, pp.28-29) são os seguintes:

1. Cultura de qualidade reativa (promovida pelo “way of life” fatalista): o comprometimento com a qualidade é superficial este tipo de cultura permite reagir às demandas externas em detrimento do compromisso com as mesmas, privilegiando a ação ligada à recompensa em relação ao cumprimento de requisitos externos. Os atores institucionais têm dúvidas quanto ao potencial de melhoria resultante da avaliação, procurando por isso a mera conformidade com os pressupostos da qualidade. Este tipo-ideal de cultura centra-se fundamentalmente na prestação de contas.
2. Cultura de qualidade responsiva (promovida pelo “way of life” hierárquico): promove elevado comprometimento com as demandas externas e os processos de garantia de qualidade geridos centralmente. A instituição tem a oportunidade (ou é forçada) a rever práticas orientadas pelas demandas externas, criando assim uma agenda para a melhoria da qualidade; tende a encarar a cultura como algo criado para lidar com o problema da avaliação, isto é, uma solução para um problema criado por questões externas à instituições, sente, por isso, que não tem controlo real da qualidade. Este tipo-ideal de cultura centra-se na garantia da qualidade.
3. Cultura de qualidade reprodutiva (promovida pelo “way of life” individualista): beneficia processos que encorajam a ação individual em detrimento do compromisso global com a qualidade. Foca-se na reprodução do status quo e na minimização dos impactos externos. A cultura de qualidade está impressa nas práticas de trabalho correntes e no que a instituição/ unidade faz de melhor, enfatizando a eficácia dos processos. A avaliação da qualidade é o foco deste tipo-ideal de cultura.
4. Cultura de qualidade regenerativa (promovida pelo “way of life” igualitário): alinhada com as aspirações de todos os membros da instituição, baseia-se no desenvolvimento interno e no elevado compromisso com o grupo de pertença, ainda assim consciente das expectativas do contexto externo. Não só tem uma agenda própria de melhoria, como também está disponível para reconceptualizar os seus pressupostos, no sentido de moldar a sua futura ação. A melhoria contínua por si só é uma forma de prestação de contas. Este tipo-ideal de cultura centra-se na gestão da qualidade.

Existe uma crescente preocupação por parte do Estado angolano com a necessidade de melhorar qualitativamente o ensino superior em Angola. O recurso à avaliação institucional como modo de regulamentar o subsistema do ensino superior com foco na qualidade desejada tem sido, por esta razão, invocado em muitas das propostas políticas. Embora que, em Angola, a cultura de avaliação e garantia de qualidade é ainda esparsa com iniciativas isoladas e sobretudo incipientes (André, 2016). A garantia da qualidade é o mecanismo de regulação, que se focaliza tanto na responsabilização e prestação de contas, como na melhoria, ao fornecer informações e permitir formar juízos de valor através de um processo estruturado e consistente, baseado em critérios bem estabelecidos (André, 2016). As IES (IES), numa cultura de antecipação não se podem permitir prescindir da avaliação. A avaliação gera aprendizagem, promove a mudança profissional e pessoal que consequentemente muda a mentalidade organizacional e a impele a antecipar cenários futuros, tanto externos como internos (André, 2016).

A interpretação dos dados centrará na forma como a autoavaliação institucional contribui para a melhoria contínua das IES angolanas, segundo a perspectiva do INAAREES. Serão analisadas as percepções dos atores sobre o papel da autoavaliação na promoção da qualidade, os processos e práticas adotados pelas instituições, e o alinhamento com as normas e orientações do INAAREES. Também se considerará a existência de uma cultura de melhoria contínua, os mecanismos de monitorização e feedback, bem como os impactos tangíveis e intangíveis observados, incluindo mudanças na gestão, nos currículos e na aprendizagem. Por fim, será avaliado o papel do INAAREES no incentivo e supervisão da autoavaliação, destacando como suas recomendações contribuem para o fortalecimento das práticas de melhoria contínua nas IES.

A questão central que orienta esta pesquisa é: Como a autoavaliação institucional promove a melhoria contínua das IES angolanas na perspectiva do INAAREES?

CAPÍTULO III.

Percurso Metodológico



Considerando a pergunta de investigação e o objetivo central desta investigação que consiste em analisar de que forma a autoavaliação institucional contribui para a melhoria contínua das IES angolanas, a investigação apoiou-se no método qualitativo. Foram, assim, realizadas entrevistas junto das lideranças e pessoas responsáveis pelos processos de avaliação dos ciclos de estudos o nível nacional e analisado documentos institucionais, com o intuito de avaliar o papel do INAAREES nesse contexto e explorar como a autoavaliação institucional fomenta o desenvolvimento de culturas de qualidade nas IES.

Neste capítulo, apresenta-se a justificativa para a escolha da metodologia adotada, bem como o contexto da pesquisa, os participantes, os instrumentos utilizados para a coleta de informações e os procedimentos aplicados para o tratamento e análise das informações. A metodologia escolhida é fundamental para garantir a veracidade dos dados recolhidos e a confiabilidade dos resultados obtidos, assegurando que o estudo esteja alinhado com os objetivos traçados.

3.1 Tipo de Estudo

Esta pesquisa adota o método qualitativo por se alinhar ao quadro teórico que compreende a autoavaliação institucional como um processo social, dinâmico e contextualizado, permeado por percepções, significados e práticas dos diferentes atores envolvidos. Nesse sentido, o enfoque qualitativo permite interpretar como os sujeitos atribuem sentido à autoavaliação e de que modo essa prática contribui para a construção de uma cultura de qualidade e para a melhoria contínua das IES angolanas.

A opção pelo método qualitativo, portanto, decorre da sua adequação ao objetivo do estudo, que não se limita à medição de variáveis ou à quantificação de resultados, mas busca compreender a lógica interna das práticas institucionais e o seu enquadramento nas políticas e nos referenciais teóricos sobre qualidade no ensino superior.

É essencial que, o método adotado numa pesquisa, ajude a demonstrar a credibilidade das conclusões alcançadas, a adequação das respostas às questões de investigação e a legitimidade dos processos metodológicos utilizados realça (Amado, 2017). Importa que o investigador consiga demonstrar racionalidade, rigor e coerência metodológica dentro do paradigma que escolheu. No âmbito da pesquisa qualitativa, o pesquisador é compreendido como um intérprete de interpretações, cabendo-lhe descrever de forma detalhada os fenômenos estudados. Nesse sentido, a generalização pode ocorrer por meio da descrição densa dos resultados, permitindo uma compreensão aprofundada dos contextos analisados

(Amado, 2017). A escolha da pesquisa qualitativa como método de investigação justifica-se pelo seu potencial de analisar fatos e fenômenos sociais em profundidade, buscando captar os significados, percepções e experiências dos participantes (Cardano, 2017).

Adicionalmente, esta abordagem enfatiza que o investigador se preocupa com a compreensão ampla e profunda do fenómeno em estudo. Ele observa, descreve, interpreta e aprecia o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los. Assim, a capacidade do investigador em dar sentido ao fenómeno torna-se central, reforçando a pertinência da abordagem qualitativa para estudos que visam analisar contextos complexos e experiências humanas (Freixo, 2012).

3.2 Contextualização da Pesquisa

As sociedades estão em constante transformação, valorizando saberes e práticas em função do contexto. Nesse cenário, as IES são fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico e cultural de um país. Este estudo escolheu analisar uma instituição angolana específica para compreender como a autoavaliação institucional contribui para o bom funcionamento e a melhoria contínua do subsistema de ensino superior.

Esta pesquisa adota o método qualitativo, por se adequar tanto ao quadro teórico como ao contexto e aos objetivos do estudo. O enfoque qualitativo permite compreender a autoavaliação institucional não apenas como um procedimento técnico, mas como um processo social e organizacional que envolve percepções, práticas e significados partilhados pelos diferentes atores do ensino superior angolano. No contexto angolano, onde a qualidade ainda se encontra em consolidação e os processos de autoavaliação são recentes e em evolução, torna-se essencial captar as experiências, interpretações e dinâmicas internas das instituições. O método qualitativo mostra-se, assim, o mais apropriado para explorar como os sujeitos compreendem, vivenciam e operacionalizam a autoavaliação, bem como para identificar fatores que favorecem ou dificultam a sua integração nas práticas de gestão e melhoria contínua.

A escolha desse método está alinhada aos objetivos da investigação, que buscam analisar os significados atribuídos à autoavaliação e analisar de que modo ela contribui para o fortalecimento da cultura de qualidade nas IES angolanas.

3.3 Caracterização dos Participantes

Participaram do estudo dez (10) profissionais que atuam diretamente em atividades relacionadas à avaliação e garantia da qualidade no ensino superior angolano. A seleção foi intencional, trabalhamos com sujeitos cuja experiência e envolvimento com os processos de autoavaliação e acreditação institucional lhes munem de conhecimento aprofundado sobre o assunto estudado.

Os participantes pertencem ao INAAREES, órgão responsável pela coordenação, planeamento e acompanhamento dos processos de avaliação e acreditação das IES em Angola.

Do total de entrevistados, oito (8) são homens e duas (2) são mulheres, todos com formações superiores em áreas como gestão, educação e ciências sociais. Participaram dirigentes do INAAREES e técnicos envolvidos na definição e execução de políticas de avaliação institucional e técnicos do Gabinetes de Garantia da Qualidade da Universidade Jean Piaget de Luanda, vulgo avaliadores externos e internos, com funções voltadas à recolha de evidências, análise de dados e melhoria contínua dos processos institucionais.

As diferentes funções e experiências dos participantes podem ajudar a compreender o fenómeno de forma mais concreta e próxima da realidade vivenciada dentro do subsistema de ensino superior angolano, permitindo captar perceções provenientes de diferentes níveis de responsabilidade e de ambiente organizacional distintos. Essa diversidade reforçou a profundidade e a consistência das informações obtidas ao longo das entrevistas.

3.4 Estratégias de Coleta de Dados

A análise de dados em pesquisas qualitativas exige métodos capazes de captar a profundidade das experiências, perceções e interpretações dos participantes. No contexto deste estudo, tornou-se essencial adotar um procedimento que permitisse explorar não apenas fatos, mas também os significados que os atores atribuem às suas práticas e experiências. Para tal, usamos a entrevista semiestruturada e análise documental para coleta de dados.

3.4.1 Entrevista

Para este estudo, optou-se pela aplicação de uma entrevistas semiestruturada. O guião semiestruturado estabelece tópicos pré-determinados e permite o surgimento de respostas e questões imprevistas, favorecendo a exploração de informações não antecipadas pelo pesquisador (Ryan et al., 2009). Segundo Amado (2017), a entrevista é recomendada em estudos qualitativos em detrimento do questionário, pois é o método mais adequado para

analisar as interpretações que os atores atribuem às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se confrontam. Através da entrevista, é possível compreender seus sistemas de valores, referências normativas, interpretações de situações conflituosas e leituras das próprias experiências. No contexto da autoavaliação institucional e sua relevância para a promoção da garantia da qualidade nas IES angolanas, a entrevista semiestruturada se revelou particularmente adequada. Esse formato possibilitou diálogos mais profundos, nos quais perguntas abertas favoreceram a revelação de experiências, percepções e perspectivas das pessoas entrevistadas, proporcionando uma compreensão mais rica e detalhada do tema em estudo.

3.4.2 Análise documental

No caso da análise documental a sua relevância justifica-se pela necessidade de analisar os marcos normativos e estratégicos que estruturam a autoavaliação nas IES em Angola, mas porque permite perceber os significados institucionais, as intenções políticas e as práticas organizacionais inscritas nesses documentos (Ernesto & António, 2022). A análise documental também revela-se particularmente pertinente porque permite: Mapear o enquadramento normativo e metodológico do órgão regulador (INAAREES) no que diz respeito aos processos de autoavaliação e avaliação externa, confrontar as orientações formais (guiões, manuais, linhas mestras) com os discursos e práticas captadas nas entrevistas, contribuindo para a triangulação dos dados, investigar as representações institucionais e organizacionais inscritas nos documentos por exemplo, a concepção de qualidade, os valores da autoavaliação, as expectativas quanto à melhoria contínua elementos que dificilmente emergem tão claramente apenas por meio de entrevistas.

Os documentos analisados, foram: o Guião de Autoavaliação de IES, Cursos e/ou Programas (INAAREES, OJI & DNES, 2022), o Manual de Avaliação Externa de IES (INAAREES, OJI & DNES, 2022) e as Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior (LMGSES, 2005). A escolha destes documentos fundamenta-se na sua relevância normativa e estratégica para a compreensão das políticas e práticas de avaliação da qualidade no ensino superior angolano como já foi descrito. Os três documentos selecionados constituem fontes primárias oficiais, diretamente vinculadas à atuação do INAAREES enquanto órgão responsável pela regulação, supervisão e acreditação das IES em Angola. Assim, a seleção desses documentos justifica-se por sua representatividade, autenticidade e relevância temática, permitindo analisar a coerência entre

o discurso político-normativo e a prática institucional da avaliação da qualidade no ensino superior angolano.

O Guião de Autoavaliação de IES, Cursos e/ou Programas e o Manual de Avaliação Externa de IES foram selecionados por estabelecerem as diretrizes metodológicas e os critérios que orientam os processos de autoavaliação e de avaliação externa das IES, constituindo, portanto, instrumentos centrais na operacionalização do Sistema Nacional de Avaliação e Acreditação.

Por sua vez, as Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do subsistema do Ensino Superior foram incluídas por representarem um marco político e programático que antecede a criação do INAAREES, permitindo compreender a evolução das orientações estratégicas para a qualidade e a gestão institucional no setor.

3.5 Procedimentos de Análise de Dados

A análise de dados é uma etapa essencial em qualquer pesquisa, especialmente em estudos qualitativos, pois vai além de simplesmente organizar informações. Ela busca analisar os sentidos, interpretações e experiências que os participantes atribuem ao tema investigado. Nesse processo, os dados deixam de ser apenas números ou registos brutos e passam a ser transformados em conhecimento útil para a investigação. Nesta fase, o planeamento feito anteriormente é colocado em prática. Isso inclui a coleta de dados no campo, utilizando os instrumentos previamente definidos, seguida da organização e tratamento das informações. Em seguida, os dados são apresentados, interpretados e comunicados, podendo ainda inspirar novas perguntas de investigação e recomendações (Freixo, 2012).

Em pesquisas qualitativas, a análise não se limita a organizar dados; ela exige interpretar os sentidos que os participantes atribuem ao tema. O investigador deve considerar tanto suas próprias perceções quanto os significados expressos pelos participantes (Creswell, 2014). A análise de conteúdo oferece um método sistemático e confiável para explorar as informações, permitindo tirar conclusões consistentes a partir dos discursos dos participantes (Bardin, 2011). Para tornar a apresentação mais clara, foi construída uma Tabela com base na análise de conteúdo qualitativa, utilizando categorias dedutivas definidas a priori a partir do referencial teórico sobre garantia de qualidade e autoavaliação em instituições de ensino superior. Cada categoria foi desdobrada em subcategorias correspondentes a unidades de registo, que consistem em excertos textuais extraídos do corpus. A matriz visa organizar

sistematicamente os dados, permitindo interpretação analítica e identificação de padrões e temas relevantes para a pesquisa.

Tabela V – Categorias de análise das entrevistas

Categoria 1 — Papel do INAAREES

Subcategoria	Unidades de registo
Avaliação e acreditação	Avaliação e acreditação de cursos
Regulação do sistema de qualidade	Imposição legal
Formação e capacitação	Aumento de conhecimentos e estruturas
Indução do processo de autoavaliação	Análise crítica das atividades

Categoria 2 — Processo de Autoavaliação

Subcategoria	Unidades de registo
Etapas do ciclo	Autoavaliação – plano de melhoria – avaliação externa – acreditação
Adaptação institucional	Instituições podem adaptar ao seu contexto
Estrutura obrigatória	Comissão/Gabinete de qualidade obrigatório

Categoria 3 — Garantia da Qualidade Institucional

Subcategoria	Unidades de registo
Conformidade normativa	Instituições seguem regras apenas por obrigação legal
Estrutura organizacional	Criação e fortalecimento de gabinetes da qualidade
Políticas públicas	Políticas públicas mais consistentes

Categoria 4 — Melhoria Contínua

Subcategoria	Unidades de registo
Capacitação	Capacitação de especialistas
Governança e cultura	Mudança de mentalidade dos dirigentes
Produção científica/estruturas	Ausência de pesquisa e revistas científicas

Categoria Transversal — Obstáculos

Subcategoria	Unidades de registo
Recursos materiais	Falta de financiamento e investimento; Infraestruturas inadequadas
Recursos humanos	Poucos professores doutores
Cultura institucional	Instituições seguem regras apenas por obrigação legal

Categoria Transversal — Facilitadores

Subcategoria	Unidades de registo
Desenvolvimento institucional	Criação e fortalecimento de gabinetes da qualidade
Políticas e governação	Políticas públicas mais consistentes; Mudança de mentalidade dos dirigentes
Capacitação	Formação de especialistas

Além das entrevistas, procedeu-se a uma análise documental. Foram examinados três documentos institucionais centrais para o processo de avaliação e garantia da qualidade no ensino superior angolano: o Guião de Autoavaliação de IES, Cursos e/ou Programas (INAAREES, OJI & DNES, 2022), o Manual de Avaliação Externa de IES (INAAREES, OJI & DNES, 2022) e as Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior (LMGSES, 2005).

A análise desses documentos seguiu os pressupostos de Cellard (2008), que destaca o valor da análise documental na identificação de significados, ideologias e práticas institucionais subjacentes aos textos. Nesse sentido, os documentos foram examinados

quanto ao seu conteúdo normativo, objetivos, princípios orientadores e dispositivos metodológicos, permitindo compreender de que forma o INAAREES estrutura e operacionaliza os processos de autoavaliação e avaliação externa. Essa ligação entre fontes documentais e entrevistas contribuiu para uma visão mais abrangente e consistente do papel do órgão regulador na promoção da cultura de qualidade no ensino superior angolano.

3.6 Considerações Éticas

A ética é essencial em pesquisas que envolvem participantes humanos, garantindo respeito, integridade e proteção de seus direitos. Neste estudo, todos os participantes colaboraram de forma voluntária e foram esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos adotados e seus direitos de permanecer ou desistir a qualquer momento, seguindo os princípios do consentimento informado.

A privacidade e a confidencialidade das informações foram asseguradas. Todos os dados, incluindo gravações de áudio, foram armazenados de forma segura, com acesso restrito, e estratégias foram previstas para evitar qualquer impacto negativo sobre os participantes caso o anonimato não possa ser totalmente garantido (Alfredo & Simões, 2023). Toda a investigação cumpriu os princípios éticos, reforçando a credibilidade e legitimidade da pesquisa.

CAPÍTULO IV.
Análise dos dados e Discussão dos Resultados



Neste capítulo, apresentamos os resultados da pesquisa, com o objetivo de responder à questão central, identificar padrões e tendências e analisar as informações recolhidas. Para tornar a apresentação dos resultados e a discussão mais clara, este capítulo começa pela análise documental, seguindo-se a análise das entrevistas. Essa estrutura ajuda a destacar os pontos mais relevantes e permite discutir de forma detalhada como a autoavaliação dos cursos pode contribuir para a melhoria contínua e para o desenvolvimento das IES angolanas.

4.1 Análise Documental

A análise documental incidiu sobre três instrumentos orientadores fundamentais do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade do Ensino Superior em Angola: o Guião de Autoavaliação de Instituições de Ensino Superior, Cursos e/ou Programas (INAAREES, OJI & DNES, 2022), o Manual de Avaliação Externa de Instituições de Ensino Superior (INAAREES, OJI & DNES, 2022) e as Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior (LMGSES, 2005).

A leitura crítica e comparativa desses documentos permitiu compreender como os referenciais normativos nacionais dialogam com as perceções expressas pelos entrevistados e com as práticas efetivas de autoavaliação e gestão nas IES angolanas. Os resultados foram organizados em quatro categorias temáticas: planeamento e gestão institucional, práticas de autoavaliação, avaliação externa e acreditação e promoção da cultura de qualidade.

4.1.1 Planeamento e Gestão Institucional

As Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior (LMGSES, 2005) destacam a necessidade de fortalecer a capacidade de gestão das IES, promovendo uma administração baseada em resultados e na monitorização contínua da qualidade. O documento defende a adoção de mecanismos de planeamento estratégico e a criação de estruturas internas de acompanhamento da qualidade.

Do ponto de vista teórico, esta situação corrobora Sobrinho (2003), que entende a avaliação como instrumento de transformação institucional e não apenas de controlo. No contexto angolano, no entanto, o carácter transformador do planeamento institucional ainda é incipiente, prevalecendo uma lógica de cumprimento normativo.

4.1.2 Práticas de Autoavaliação

O Guião de Autoavaliação de IES, Cursos e/ou Programas (INAAREES, OJI & DNES, 2022) define a autoavaliação como um processo contínuo e participativo de autoconhecimento institucional, que deve envolver toda a comunidade académica e resultar em planos de melhoria e mecanismos de acompanhamento. O documento apresenta dimensões e indicadores específicos que visam promover a melhoria contínua e a autorregulação das instituições.

Assim, verifica-se um descompasso entre a orientação formativa proposta pelo Guião e a prática institucional observada, que tende à burocratização do processo. Essa divergência reforça o alerta de Veiga (2019), segundo o qual a avaliação deve integrar-se à pedagogia institucional e não se reduzir a uma exigência técnica ou documental.

4.1.3 Avaliação Externa e Acreditação

O Manual de Avaliação Externa de IES (INAAREES, OJI & DNES, 2022) complementa o guião ao definir as etapas e critérios da avaliação externa, concebida como um processo de validação, aprendizagem e apoio ao desenvolvimento institucional. O documento defende uma abordagem formativa, colaborativa e construtiva entre avaliadores e instituições.

A literatura confirma essa observação. Sarrico, Veiga e Amaral (2013) alertam que os sistemas de qualidade podem tornar-se excessivamente procedimentais, desviando-se do seu propósito transformador. No caso angolano, embora o quadro legal seja consistente, a sua aplicação depende da consolidação de uma postura avaliativa crítica e formativa nas IES.

4.1.4 Promoção da Cultura de Qualidade

A promoção da cultura de qualidade é um eixo transversal nos três documentos analisados. As Linhas Mestras (2005) abordam-na como parte da modernização da gestão universitária; o Guião de Autoavaliação propõe a sua consolidação por meio da participação e do diálogo institucional; e o Manual de Avaliação Externa reforça o carácter contínuo e colaborativo desse processo.

Os resultados empíricos apontam avanços importantes, como a criação de gabinetes internos de qualidade e a institucionalização de comissões de autoavaliação. Contudo, ainda predomina uma visão tecnicista da qualidade, entendida como cumprimento de normas, e não como valor partilhado. Essa postura revela a fase de consolidação identificada por Divovo, Tomé & Zau (2023), que descrevem o ensino superior angolano como um sistema em

transição entre a normatização e a apropriação cultural da qualidade.

4.1.5 Síntese Interpretativa

A análise documental integrada demonstra que os instrumentos normativos produzidos pelo INAAREES e pelo MESCTI constituem uma base sólida para o fortalecimento da qualidade no ensino superior angolano. Todavia, a análise cruzada com os dados empíricos evidencia uma distância entre o quadro regulatório e a prática institucional.

Enquanto os documentos enfatizam a autoavaliação e a avaliação externa como processos de reflexão, aprendizagem e melhoria contínua, as instituições ainda tendem a reproduzir uma lógica de conformidade. Essa discrepância reforça a importância de promover a apropriação interna dos princípios de qualidade, transformando os instrumentos avaliativos em mecanismos de desenvolvimento organizacional efetivo.

Assim, a análise documental não se limita à descrição dos dispositivos legais, mas contribui para compreender os desafios do SNGQES e as condições necessárias à construção de qualidade no ensino superior angolano.

Portanto, o avanço da cultura de qualidade no ensino superior angolano revela não apenas um esforço de regulação, mas um movimento de transformação profunda, que articula aprendizagem organizacional, responsabilidade social e sustentabilidade institucional.

4.2 O Papel do INAAREES

Nas entrevistas observa-se que, a presença ativa do INAAREES ajuda a reforçar a cultura de qualidade, mas ainda existe um caminho a percorrer para que essa cultura seja plenamente internalizada pelas IES. A seguir, a análise se concentrará nas percepções dos participantes sobre como a atuação do INAAREES influencia diretamente a melhoria contínua, mostrando tanto avanços já alcançados quanto desafios persistentes no contexto angolano.

Os resultados confirmam que o INAAREES, desempenha um papel determinante no processo de consolidação da qualidade no ensino superior angolano. De modo geral, os entrevistados o reconhecem como a principal entidade reguladora do sistema de ensino superior angolano, sendo responsável por criar referenciais e critérios que orientam as IES na construção de seus mecanismos internos de garantia da qualidade.

“O INAAREES é o órgão responsável pelo reconhecimento e acreditação dos estudos no ensino superior em Angola. Tem uma influência significativa, pois define normas e diretrizes que orientam as instituições no processo de autoavaliação. (...) Nesta altura todas as IES angolanas estão sendo orientadas a instaurar um gabinete que se responsabilize unicamente pela melhoria contínua destas instituições”. (E3)

“(...) o INAAREES tem orientado as instituições a realizarem a autoavaliação, sempre com vista à melhoria da qualidade tanto das instituições quanto dos cursos que oferecem”. (E1)

“Olhe, basicamente, o INAAREES é responsável por avaliar, credenciar e reconhecer os cursos e diplomas das universidades.” (E4)

A criação desta instituição, em consonância com o RJAAQIES representou um grande passo na política educacional do país a nível superior, ao institucionalizar um sistema de avaliação que combina regulação, formação e melhoria contínua. A partir daí, a implementação do sistema de avaliação que combina regulação, formação e melhoria contínua, procurando equilibrar o controlo do estado com a promoção da autonomia das IES.

O INAAREES é o órgão com uma missão estratégica que consiste em garantir a credibilidade das instituições e fortalecer o subsistema de ensino superior, promovendo uma cultura de qualidade baseada na autoavaliação e no desenvolvimento institucional.

“Não existe melhoria sem que a instituição realize a autoavaliação, que é aquele olhar em que a instituição vai reconhecer os seus pontos fortes e fracos, (...). O INAAREES vai capacitar os avaliadores externos para que esses avaliadores externos cheguem até as instituições, que já realizaram o processo de autoavaliação, para averiguar e confrontar com as evidências”. (E8)

“O INAAREES organiza este processo notificando as instituições com antecedência mínima de três meses. Cada instituição constitui a sua comissão de Autoavaliação, composta por docentes, investigadores, estudantes, técnicos administrativos e representantes externos, como empregadores e ex-alunos. O trabalho dessa comissão resulta num relatório de autoavaliação, que é remetido ao INAAREES para dar continuidade à avaliação externa”. (E9)

Esses resultados dialogam com o que afirmam Cardoso, Santos e Figueiredo (2002), ao considerarem que a autoavaliação deve estar ancorada em modelos de excelência que promovam a coerência entre a missão institucional e as práticas de gestão.

A autoavaliação é amplamente reconhecida como um recurso importante para identificar pontos fortes e aspetos que precisam ser melhorados. A autoavaliação dentro de qualquer organização deve ser entendida como um ciclo de melhoria permanente. Com efeito, “a autoavaliação é um ciclo, entendido sistemático e regular, de revisão das atividades

e resultados da organização em relação a um modelo de excelência, culminando em ações mais bem planejadas.” (Cardoso, Santos & Figueiredo, 2002, p. 3).

“Após a autoavaliação, o INAAREES realiza a fase da avaliação externa. Com base nos resultados dessa avaliação, o INAAREES pode aprovar um curso de forma condicional ou até por cinco anos. Também pode não aprovar o curso, atribuindo apenas dois anos de validade, e nesse caso orienta as instituições a implementarem um plano de melhoria”. (E1)

“(…) Quando o INAAREES realiza as visitas para avaliação externa, antes de mais nada, deixam orientações para que as instituições elaborem a sua própria autoavaliação. (...) Portanto, quando vão às instituições, mesmo no âmbito da autoavaliação, fazem uma fiscalização para identificar falhas e deixam recomendações a fim de melhorar, sempre visando a elevação da qualidade do ensino”. (E2)

“(…) Além disso, disponibiliza instrumentos, promove práticas sistemáticas de reflexão e incentiva a conformidade com os requisitos de qualidade. Publica ainda relatórios com boas práticas e orientações metodológicas, o que contribui para uniformizar procedimentos e valorizar a autoavaliação como mecanismo de melhoria contínua (...)”. (E3)

A autoavaliação deve produzir informações úteis para aperfeiçoar políticas e práticas, e não se limitar à verificação de conformidades. Nessa linha, o INAAREES é concebido não apenas como um órgão fiscalizador, mas como um dispositivo orientador, formativo e um mediador entre o Estado e as instituições.

“Bem, (...), o INAAREES, digamos que é o braço direto do Ministério do Ensino Superior de Angola, responsável pela avaliação, acreditação e reconhecimento dos estudos do ensino superior”. (E8)

Do mesmo modo, o RJAAQ reforça que o INAAREES não apenas fiscaliza, mas também apoia tecnicamente as IES no desenvolvimento de planos de melhoria e no fortalecimento da cultura de qualidade. Assim, o instituto assume uma dupla função de reguladora e de capacitação de avaliadores externos que procura equilibrar a supervisão do estado com o respeito à autonomia das IES.

“O Ministério do Ensino Superior, a partir do INAAREES, tem instrumentos e guiões que indicam como as instituições podem fazer a autoavaliação. (...). Eles fornecem (...) orientações para o processo, que deve obedecer a determinados indicadores. Então, eles entregam o material para servir de direcionamento”. (E7)

“Anteriormente, essas avaliações eram feitas sem muita coordenação. Mas o INAAREES, como órgão responsável pela avaliação e acreditação em Angola, criou um guião de autoavaliação para cursos e programas das IES. As próprias universidades usam esse guião como base quando fazem sua autoavaliação”. (E4)

“Sim. O guião da autoavaliação guia-se com base na legislação aplicável, em particular na Lei de Bases do Sistema de Educação da República de Angola, que estabelece missões genéricas sobre a necessidade de se criar um sistema nacional de garantia da qualidade no ensino superior. A lei também faz menção à necessidade de se criar um sistema nacional de garantia da qualidade da educação a montante, de modo que, com base nessa orientação, houve a necessidade de se criar um sistema nacional de garantia da qualidade no ensino superior. Esse sistema foi instituído pelo Decreto Presidencial n.º 203/18, de 30 de Setembro”. (E6)

“Ele atua com base em legislação própria. Podemos destacar aqui dois diplomas fundamentais: o Decreto 108/20 e o Decreto 109/20. O primeiro trata da autoavaliação, enquanto o segundo regula a avaliação externa”. (E1)

“(…), o INAAREES, num dos capítulos dos guiões, reconhece que as instituições devem ser independentes, porque cada instituição é uma instituição, cada instituição tem a sua realidade, tem a sua missão, tem um objetivo, tem os seus valores e tem o seu PDI. E, no âmbito da construção do PA, que é o Projeto de Autoavaliação, existe uma abertura para que as instituições, tendo em conta a sua realidade, o seu contexto e a sua autonomia, possam criar aspetos que não estejam no checklist do INAAREES, desde que bem justificados.” (E8)

Sistemas nacionais de garantia da qualidade devem combinar a regulação do estado com o incentivo à autonomia das instituições. Veiga et al. (2014) destacam que, em contextos democráticos, o estado deve exercer uma regulação capaz de assegurar padrões mínimos de qualidade sem comprometer a liberdade académica e a inovação pedagógica. Com efeito, “A autonomia institucional foi amplamente assumida como um instrumento de regulação para orientar politicamente sistemas públicos e instituições, com o objetivo de implementar modelos de governação que possam responder adequadamente a ambientes competitivos, sempre em mudança.” (Veiga et al. 2014, p.12).

Essa visão dialoga diretamente com o modelo implementado em Angola, no qual o INAAREES procura equilibrar a função reguladora com a função pedagógica, ou seja, por um lado, o INAAREES estabelece normas, regras, diretrizes e limites que influenciam as IES e, por outro lado, capacita, orienta e promove aprendizagem de modos a desenvolverem competências próprias de autorregulação por parte das IES.

“Nós formamos para os três processos que compõem o Sistema de Garantia da Qualidade no Ensino Superior, designadamente: autoavaliação, avaliação externa e acreditação. Tal como disse, formamos para a autoavaliação, mas também para a avaliação externa e para a acreditação. Por exemplo, agora vamos ter a avaliação dos cursos de Humanidades e Ciências Sociais, e já temos um programa em curso com sessões de formação que abrangem todos os *stakeholders* e avaliadores externos. No caso das instituições privadas, até mesmo os promotores, os proprietários de universidades privadas, já têm sido objeto de formação. Essa formação inclui: • Como está organizado e funciona o sistema de garantia da qualidade do ensino superior; • Como se organiza uma visita de avaliadores externos às IES; como se

estrutura o sistema de evidências; • Quais são as normas do código de ética que um avaliador externo deve observar; • E ainda formação no cálculo de indicadores, padrões e critérios de verificação. 6 Tudo isto com simulações quase em tempo real, de modo a permitir que o avaliador tenha uma experiência mais concreta e próxima daquela que encontrará efetivamente no terreno, nas instituições.” (E6)

“O INAAREES também, no âmbito da avaliação externa dos cursos ou programas, antes capacita as instituições. Ou seja, as instituições são obrigadas a enviar os coordenadores de autoavaliação ou responsáveis dos gabinetes da qualidade para uma formação no INAAREES.” (E8)

“Além disso, antes de iniciar a avaliação externa, o INAAREES costuma capacitar as instituições. Isso quer dizer que os coordenadores de autoavaliação ou responsáveis pelos gabinetes de qualidade participam de uma formação no próprio INAAREES.” (E10)

A função dual do INAAREES de regular e capacitar, reflete o paradigma da melhoria contínua proposto por Sarrico, Veiga e Amaral (2013) denominam de paradigma da melhoria contínua, em que a avaliação é concebida como um processo dinâmico e reflexivo. Esses autores defendem que a eficácia dos sistemas de qualidade depende da sua capacidade de transformar a avaliação em aprendizagem organizacional, evitando a “burocratização” do processo avaliativo. Ou seja, a qualidade não deve resumir-se à produção de relatórios, mas deve traduzir-se em mudança institucional efetiva e visíveis.

Assim sendo, o INAAREES desempenha um papel decisivo. Não apenas orienta e organiza os processos de avaliação e acreditação, como também oferece suporte direto às instituições para garantir que a autoavaliação seja implementada de forma prática. Esse apoio inclui a capacitação de avaliadores internos e externos, esclarecimentos sobre normas e, quando necessário, acompanhamento personalizado das etapas do processo como mencionado pelos participantes.

Por exemplo, em algumas instituições angolanas, a atuação do INAAREES tem permitido que comissões de autoavaliação percebam áreas de melhoria que, de outra forma, poderiam passar despercebidas, como mencionado pelos participantes.

“Sem dúvida. A autoavaliação é fundamental, porque se uma universidade não se avalia, nunca saberá em que patamar se encontra nem qual é o seu nível de melhoria. Por isso, entendemos esse processo como um verdadeiro instrumento de melhoria.” (E5)

“Este domínio precisa ser alavancado, e para isso é necessário um impulso. E esse impulso é dado precisamente pela avaliação externa. Ela permite que aquilo que antes era «varrido para debaixo do tapete» seja descoberto. Depois, o tapete é levantado, a sala é limpa, e podemos começar a seguir um novo caminho.” (E6)

Na prática, o INAAREES assume funções que ultrapassam a mera supervisão. O instituto desenvolve referenciais, manuais e guíões de autoavaliação, capacita avaliadores, promove oficinas técnicas e acompanha o ciclo de melhoria das instituições. Tal atuação aproxima-se daquilo que (Harvey & Stensaker, 2008, citado por Gomes, 2016) que definem como cultura de qualidade responsiva, caracterizada por uma relação de compromisso autêntico das instituições com a melhoria e pela internalização de valores de transparência, participação e responsabilidade coletiva.

A ação do INAAREES tem permitido que muitas IES, especialmente as públicas que surgiram recentemente, reconheçam fragilidades nos seus processos de gestão e ensino, passando a construir planos de melhoria orientados para resultados tangíveis.

Neste sentido, a autoavaliação institucional promovida sob a orientação do INAAREES estimula o desenvolvimento de uma ética centrada na própria instituição, conceito explorado por Morin (2005) e Depresbiteris (2005). Esses autores ressaltam que a autoavaliação exige da instituição não apenas um olhar técnico, mas também ético e reflexivo sobre si mesma, de modo a reconhecer as suas limitações e potencialidades. Deste modo, a autoavaliação torna-se um exercício de autocritica, autoanálise e de mudança, fundamental para o amadurecimento da instituição e para a construção de uma cultura de confiança.

“Porque a autoavaliação é como se nós, pessoas, estivéssemos a olhar para o espelho e ver o que temos de ruim no nosso rosto: temos ramela quando acordamos, se o cabelo não está penteado, se há algum lixo no rosto. Instituições que esperam que o vizinho vá até sua casa e lhe diga o que está errado.... Devemos mudar a mentalidade enquanto donos de instituições, enquanto promotores de instituições. Isso é ruim, quando as instituições se autoavaliam porque há uma ordem. Então, é uma questão mesmo de cultura, de falta de interesse, de falta de conhecimento”. (E8)

“(...) as instituições deveriam ser o mais sinceras possível. Não usar de artifícios para proteger a imagem da instituição, mas tornar a autoavaliação mais rigorosa. Devem declarar o que têm e o que não têm. A partir disso, podem trabalhar no que falta. Precisamos ser mais transparentes, não esconder a realidade.” (E7)

“Porque o processo de autoavaliação não é muito responsabilidade do INAAREES, é responsabilidade das próprias instituições.” (E8)

Ao mesmo tempo, a ação do INAAREES responde ao desafio, apontado por Tauchen, Borges & Filho (2019), de romper com o legado histórico de dependência e centralização que caracterizou o ensino superior africano pós-colonial. A instituição contribui para que Angola desenvolva um modelo próprio de avaliação, ajustado ao seu contexto sociocultural e económico, mas alinhado com os padrões internacionais de qualidade. Tal como defendem

Amado (2017) e Pinto & Cangue (2022), a consolidação da qualidade no ensino superior exige uma abordagem sistémica, que envolva todos os atores do estado, instituições, docentes e estudantes, numa lógica de corresponsabilidade.

Apesar dos ganhos alcançados, persistem desafios importantes. A pesquisa mostra que a ação do INAAREES ainda enfrenta desafios, nomeadamente no acompanhamento efetivo das instituições e na disponibilização de recursos para que as recomendações emitidas se traduzam em práticas concretas. Ainda assim, o papel do INAAREES tem sido fundamental para introduzir no ensino superior angolano a lógica da melhoria contínua e da prestação de contas e princípios essenciais de uma cultura de qualidade.

Os entrevistados foram afirmaram que persistem desafios estruturais dentro do subsistema de ensino superior angolano para garantir a qualidade da educação, bem como a dificuldade de acompanhamento contínuo das recomendações emitidas às IES. Essas limitações refletem, segundo Sarrico, Veiga e Amaral (2013), a tensão entre o discurso da qualidade e a capacidade institucional de a concretizar.

“O maior problema ainda é a familiarização com a legislação e a subjetividade na avaliação. Subjetividade porque alguns critérios de verificação mudam com base no avaliador. Então, isso tinha que estar muito mais claro já no manual e não depender somente da perspetiva do avaliador. Porque o que um avaliador pode considerar como “sim”, outro pode considerar como “não”. Isso ainda constitui um problema, e as IES têm estado um bocadinho indignadas relativamente a isso.” (E1)

“falta, ou da inexistência de especialistas no nosso subsistema de ensino superior, (...) que não entendem o que é garantia de qualidade, o que é o processo de autoavaliação, o que é acreditação dos cursos ou programas”. (E5)

No caso de angolano, o risco reside em que o processo avaliativo se converta em meras formalidades, perdendo o seu carácter formativo e transformador. Nota-se uma contradição ou conflito entre o que se diz sobre qualidade nos discursos e o que realmente se consegue fazer na prática.

Ainda assim, o papel do INAAREES é amplamente reconhecido como transformador. A sua ação tem impulsionado a institucionalização da cultura de qualidade e o fortalecimento da prestação de conta. A avaliação só cumpre seu propósito quando fornece informações para o aperfeiçoamento e para a tomada de decisões éticas e eficazes.

“Nós fizemos um estudo aprofundado, há cerca de 8 meses, a propósito da avaliação dos cursos de Ciências da Educação. Concluimos, de uma forma geral, que os indicadores que mais impactam os resultados obtidos pelas IES, por via da avaliação externa, se distribuem de forma desigual.” (E6)

No entanto o INAAREES representa um agente estratégico de mediação entre o Estado e as IES, assegurando a credibilidade do sistema e promovendo a maturidade institucional. Ao conjugar a supervisão do estado com a promoção da autonomia e da responsabilidade, o instituto contribui para a transição de um modelo de controlo para um modelo de desenvolvimento institucional. Assim, reforça-se a ideia de que a qualidade não é um estado fixo, mas um processo contínuo de construção coletiva, sustentado por princípios de transparência, participação e compromisso ético.

“Exatamente. Essa duração pode ser de 2 anos (aprovação condicional), 3 anos ou até 5 anos no máximo. Mas o facto de ser aprovado não significa que não voltará a ser avaliado. Todos os cursos têm de passar continuamente por este processo de avaliação e reavaliação. Se o curso reprovar, tem 1 ano para implementar o plano de melhoria e, findo esse prazo, deve submeter o processo de reavaliação ao INAAREES. Se não o fizer, fica impedido de inscrever estudantes por 2 anos. No segundo ano, caso a instituição não tenha submetido o pedido, o INAAREES procede a uma reavaliação compulsiva. (...) Vale destacar que o poder de encerrar ou não definitivamente um curso é do Presidente da República. O INAAREES submete uma proposta ao Presidente quando há duas reprovações consecutivas ou quando o curso é classificado diretamente no nível D.” (E1)

Em termos gerais, a análise mostra que o INAAREES tem vindo a afirmar-se como um agente essencial na promoção da qualidade no ensino superior angolano. Através da implementação de práticas de autoavaliação e de mecanismos de melhoria contínua, tem-se reforçado uma maior consciência institucional sobre a importância da qualidade. As entrevistas permitem, assim, perceber que, apesar de se reconhecerem avanços, ainda há obstáculos significativos, sobretudo no que diz respeito à incorporação efetiva dessa cultura pelas instituições. Em muitos casos, as práticas ainda se orientam mais por exigências normativas do que por uma vontade genuína de aperfeiçoamento. Mesmo assim, o trabalho do INAAREES, ao articular regulação e formação, representa um avanço notável, pois estimula a reflexão, a transparência e o compromisso ético das IES com o seu próprio desenvolvimento. Assim, a cultura de qualidade começa a ganhar terreno, sendo entendida não apenas como um requisito formal, mas como um processo partilhado de aprendizagem e aperfeiçoamento das instituições.

4.3 Processo de Autoavaliação

O processo de autoavaliação nas IES angolanas apresenta níveis distintos de desenvolvimento e maturidade, refletindo uma aplicação ainda desigual entre as instituições. Em muitos casos, a autoavaliação é conduzida de forma predominantemente formal e burocrática, orientada mais pelo cumprimento de exigências do INAAREES do que por uma convicção interna de melhorias institucionais. Essa constatação evidencia uma discrepância

entre o sentido prescritivo do processo e o seu potencial de transformação das instituições.

“(...) infelizmente as IES só estão a se preocupar a realizar o processo de autoavaliação para garantia da qualidade por causa da lei por causa do normativo legal se não tivesse nenhum normativo legal nenhuma instituição ia dar esse passo para construir por exemplo gabinete da garantia da qualidade, ter que revisar o currículo e realizar no âmbito geral o processo de avaliação (...)” (E8)

“(...) Antes, essas avaliações aconteciam sem grande coordenação (...)” (E10)

Tal situação confirma as advertências de Sarrico, Veiga e Amaral (2013), que alertam para o risco de a avaliação desencadear em mero exercício técnico, desprovido de impacto efetivo, quando não está acompanhada de um compromisso institucional autêntico. Os autores alertam que a avaliação pode se tornar apenas um procedimento formal ou burocrático, sem gerar mudanças reais ou melhorias, se não houver um verdadeiro compromisso da instituição em levar os resultados da avaliação a sério e em utilizá-los para aprimorar processos, práticas ou políticas.

Isso quer dizer que, fazer a avaliação por fazer, sem engajamento real, faz com que ela perca valor. A autoavaliação deve ser compreendida como um processo reflexivo e formativo, orientado para a melhoria contínua e para a produção de conhecimento dentro de uma organização, e não apenas como um instrumento de controlo externo como referenciado pelos entrevistados.

O maior problema as vezes é que em muitas IES angolanas, a autoavaliação tende a ser tratada como um requisito administrativo vinculado à acreditação de cursos, sendo realizada muito vezes por meros formalismos e centralizada somente nesta acreditação, com pouca participação dos diferentes segmentos da comunidade académica.

“O que acontece concretamente na acreditação dos cursos é o seguinte: existem vários níveis. No nível D, o curso não tem condições de continuar, por isso é obrigado a fechar para se reorganizar. Esse fechamento significa não inscrever alunos durante 2 anos. Contudo, o diploma prevê que, passado um ano, o curso pode submeter-se a uma reavaliação. Ou seja, o curso fica um ano sem inscrever estudantes e, nesse período, deve implementar um processo de melhoria com base nos resultados da avaliação externa. Depois de aplicar esse plano de melhoria, a instituição solicita ao INAAREES uma nova avaliação. Nessa reavaliação, o INAAREES verifica se o curso de fato implementou o plano de melhoria e se conseguiu elevar os critérios que, na avaliação anterior, não foram cumpridos. Caso tenha melhorado, o curso pode ser aprovado por 2, 3 ou até 5 anos. Se não houver melhoria, volta a ser reprovado e precisa reiniciar o processo.” (E1)

Essa abordagem reduz o alcance pedagógico do processo e o distancia da sua finalidade essencial que é o fortalecimento da qualidade e da autonomia institucional. Essa

postura é criticada por Gomes (2016), que defende a avaliação enquanto meio para melhorar políticas e práticas educacionais, enfatizando que ela só adquire legitimidade quando contribui para a tomada de decisões e o desenvolvimento organizacional.

A análise revela que a autoavaliação institucional é amplamente reconhecida como um recurso importante para identificar pontos fortes e aspetos que precisam ser melhorados nas IES em Angola. Todavia, o uso desse instrumento ainda se mostra limitado, muitas vezes restrito ao preenchimento de relatórios e ao atendimento das exigências do Regime Jurídico de Avaliação e Acreditação da Qualidade.

“Como resultado deste processo de autoavaliação, é produzido um relatório, o qual é remetido posteriormente ao INAAREES, para que, com base nessa autoavaliação, o INAAREES possa realizar a avaliação externa”. (E6)

“Com base nesse relatório, que a IES ou o curso remete ao INAAREES, e é a partir daí que o INAAREES cria uma comissão de avaliação externa, constituída por cerca de 5 membros: o coordenador da comissão, um especialista internacional, um especialista nacional, um membro socializado e um gestor de procedimento. Esse grupo é que vem à instituição verificar, com base não mais no Decreto 108, mas sim no 109, que trata da avaliação externa, se aquilo que a instituição apresentou no relatório de autoavaliação (o RA) está em conformidade ou não. Por exemplo, se dissemos que temos um corpo docente constituído por 20 PhD, quando o grupo do INAAREES ou os avaliadores externos vierem à nossa instituição, nós temos que provar que, de facto, temos esses 20 PhD”. (E1)

A seriedade desse processo é de extrema importância e deve ser tido em conta, a título de exemplo da importância desse processo buscamos nessa discussão os escritos de Remião & Veiga (2023), que sublinham que a avaliação dos ciclos de estudos (CE) é um processo que está ligado à melhoria da qualidade da educação superior e tem como objetivos identificar forças, fraquezas, oportunidades e ameaças e estabelecer estratégias para melhorar a qualidade dos (CE). Assim, percebe-se que não deve se tratar de mero formalismo.

“Então, quando eles vão às instituições nesse processo de autoavaliação, não dispensam, mas fazem uma vistoria no sentido de identificar algo que não está bem e tentam deixar algumas orientações para que melhorem, visando a qualidade do ensino”. (E7)

Esse comportamento reflete o que Harvey e Stensaker (2008) cit. por Gomes (2016) denominam de cultura de qualidade reativa, caracterizada por respostas superficiais às demandas externas, em vez da construção de um compromisso institucional com a qualidade. Neste sentido, na prática, o processo pode ser conduzido com o objetivo de cumprir exigências legais, sem incorporar plenamente seu valor estratégico. Em consequência, a autoavaliação tende a se tornar um processo de cumprimento de exigências legais, mais focada em

preencher requisitos formais para acreditar cursos do que em promover mudanças significativas. Por outro lado, algumas IES têm procurado desenvolver uma abordagem mais participativa e reflexiva, envolvendo docentes, gestores, estudantes, técnicos administrativos e outros.

“Esses sistemas devem contar com o envolvimento dos stakeholders internos e externos, ou seja, de toda a comunidade universitária, constituída por gestores, docentes, investigadores, pessoal não docente, estudantes e também pelos stakeholders externos, que normalmente são as associações profissionais (quando existem), os empregadores e os antigos alunos, sobretudo aqueles que ocupam posições de destaque na sociedade, nas empresas e mesmo na função pública.” (E6)

“É fundamental apostar na formação de gestores altamente qualificados, inclusive a nível de mestrado e doutoramento, com especialização em avaliação e garantia da qualidade. Atualmente, não temos especialistas suficientes nessas áreas. Ter profissionais com esse nível de preparação seria essencial para fortalecer as culturas de qualidade.” (E5)

Esse modelo colaborativo aproxima-se da perspectiva da ética voluntária e autocrítica proposta por Morin (2005), segundo a qual o progresso de uma instituição decorre da capacidade de a organização refletir sobre si própria, reconhecer as suas incoerências e agir sobre elas.

Nesse sentido, a autoavaliação transforma-se num exercício de autorregulação e de aprendizagem coletiva, promovendo mudanças culturais e estruturais que fortalecem a identidade institucional. Segundo o autor, o verdadeiro avanço institucional só ocorre quando a organização é capaz de olhar para si própria de modo crítico, reconhecendo erros e ajustando práticas (Morin, 2005). Assim, quando realizada com envolvimento e transparência, a autoavaliação transforma-se num espaço de aprendizagem coletiva e de reconstrução institucional.

“(…), desde 2023, o INAAREES tem vindo a aplicar um processo de avaliação (...), muito mais formal, repetitivo, obrigatório e muito mais estruturado. Porque anteriormente, as avaliações que ocorreram nos anos 80 eram, digamos, uma avaliação sem grande coordenação e sem grande abrangência.” (E8)

Essa observação também está em sintonia com Depresbiteris (2005), que destaca a importância de a autoavaliação gerar conhecimento interno sobre as práticas e resultados, servindo como base para o planeamento e para a inovação. Dito doutro modo, o verdadeiro valor da autoavaliação está na sua capacidade de gerar conhecimento dentro da instituição sobre as práticas e resultados, criando condições para a inovação e, planeamento estratégico e desenvolvimento.

No contexto em estudo, o desafio está em passar da mera descrição para a análise crítica, criando uma verdadeira cultura de evidência e autorregulação. Quando conduzida de modo reflexivo, a autoavaliação deixa de ser um mecanismo de diagnóstico isolado e torna-se uma ferramenta de desenvolvimento institucional, favorecendo a integração entre as dimensões pedagógica, científica e administrativa (Depresbiteris, 2005). Isto significa que, o principal desafio não é apenas recolher e descrever dados sobre o funcionamento das instituições, mas analisá-los criticamente, ou melhor, o objetivo é criar uma cultura baseada em decisões fundamentadas em dados e que a instituição se avalia e melhora por si mesma. Uma tomada de consciência coletiva de que quando a autoavaliação é feita de forma reflexiva, ela não fica apenas como um diagnóstico ou relatório, mas se transforma em uma ferramenta de desenvolvimento da própria instituição. Isso permite integrar melhor três dimensões importantes: pedagógica (ensino e aprendizagem), científica (pesquisa e conhecimento) e administrativa (gestão e organização).

“(..) todo o processo de autoavaliação que cada instituição de ensino superior realizar deve obedecer os 11 indicadores que são: Indicadores da garantia da qualidade, mencionando o corpo docente e investigação, o intercâmbio e a extensão universitária, a infraestrutura, o currículo, a gestão.” (E8)

O INAAREES tem procurado reforçar o carácter pedagógico do processo ao fornecer guilões de autoavaliação, promover a capacitação de avaliadores internos e incentivar a elaboração de planos de melhoria com base nos resultados obtidos. O Decreto Executivo n.º 108/20, que regulamenta o processo de autoavaliação das IES, estabelece etapas que incluem a constituição de comissões de autoavaliação, a produção de relatórios analíticos e a implementação de planos de melhoria, seguidos de avaliação externa e acreditação.

“(...) atua com base em legislação própria. Podemos destacar aqui dois diplomas fundamentais: o Decreto 108/20 e o Decreto 109/20. O primeiro trata da autoavaliação, enquanto o segundo regula a avaliação externa. Assim, a autoavaliação tem um diploma específico. Com base nisto, o INAAREES tem orientado as instituições a realizarem a autoavaliação, sempre com vista à melhoria da qualidade tanto das instituições quanto dos cursos que oferecem.” (E1)

“Sim, o Decreto Presidencial 203/18. No artigo 8º, ele obriga as instituições a criarem um órgão responsável pela gestão, avaliação e garantia da qualidade. Foi publicado em 2018, lá consta os 11 indicadores de garantia de qualidade como corpo docente e pesquisa, intercâmbio e extensão universitária, currículo, (...), infraestrutura, gestão, entre outros. Esses indicadores foram definidos pelo Ministério do Ensino Superior e também estão alinhados com padrões internacionais.” (E4)

Essas etapas constitui uma ponte de aprendizagem organizacional e de aperfeiçoamento contínuo, conforme sustentado por Cardoso, Santos e Figueiredo (2002) que concebem a autoavaliação como um processo organizado de melhoria, sustentado em evidências e orientado por metas de excelência.

Entretanto, no contexto prático, observa-se que as etapas de avaliação das IES nem sempre é completado de forma eficaz. Muitas instituições não retornam às fases de reavaliação e monitorização, o que limita o impacto dos planos de melhoria implementados. Essa lacuna compromete a efetivação de uma verdadeira cultura de evidência, conceito discutido por Amado (2017), segundo o qual a qualidade institucional depende da capacidade de produzir e utilizar dados para orientar decisões pedagógicas e estratégicas.

“O que acontece concretamente na acreditação dos cursos é o seguinte: existem vários níveis. No nível D, o curso não tem condições de continuar, por isso é obrigado a fechar para se reorganizar. Esse fechamento significa não inscrever alunos durante 2 anos. Contudo, o diploma prevê que, passado um ano, o curso pode submeter-se a uma reavaliação. Ou seja, o curso fica um ano sem inscrever estudantes e, nesse período, deve implementar um processo de melhoria com base nos resultados da avaliação externa. Depois de aplicar esse plano de melhoria, a instituição solicita ao INAAREES uma nova avaliação. Nessa reavaliação, o INAAREES verifica se o curso de fato implementou o plano de melhoria e se conseguiu elevar os critérios que, na avaliação anterior, não foram cumpridos. Caso tenha melhorado, o curso pode ser aprovado por 2, 3 ou até 5 anos. Quando não há melhoria, volta a ser reprovado e precisa reiniciar o processo. (...) Se o curso reprovar, tem 1 ano para implementar o plano de melhoria e, findo esse prazo, deve submeter o processo de reavaliação ao INAAREES. Infelizmente muitas instituições não submetem o pedido, o INAAREES procede a uma reavaliação compulsiva”. (E1)

Apesar dessas limitações, a pesquisa demonstra que existe uma consciência crescente sobre a importância da autoavaliação como instrumento de transformação das IES. Os participantes reconhecem que a melhoria institucional deve começar pela capacidade de se autoanalisar, identificar fragilidades e agir sobre elas de modo planeado. Assim, o processo de autoavaliação é entendido como uma sequência articulada de etapas como, identificação dos pontos fortes e fracos, elaboração do plano de melhoria, execução das ações corretivas, e, por fim, avaliação externa conduzida pelo INAAREES, culminando na acreditação. Essa lógica reflete a concepção de Veiga (2019), para quem a avaliação deve ser vista como uma metodologia de aprendizagem institucional e de transformação das práticas educativas.

“digamos que em termos da garantia da qualidade o processo se encontra em consolidação em Angola.” (E8)

Em suma, o processo de autoavaliação nas IES angolanas encontra-se num cenário de transição entre a cultura de cumprimento e a cultura de aprendizagem. Embora ainda marcado por formalismos e limitações operacionais, o movimento iniciado pelo INAAREES

de implantação de mecanismos formais de avaliação e acreditação, incentivando as instituições a se autoavaliarem, melhorarem seus processos e prestarem contas sobre qualidade e desempenho, tem impulsionado uma mudança gradual no modo como as instituições compreendem e praticam a avaliação.

Quando apropriada criticamente e realizada de forma participativa, a autoavaliação deixa de ser um requisito externo e passa a constituir-se num poderoso instrumento de consolidação da cultura de qualidade, da autonomia e da responsabilidade social das IES em Angola.

4.4 Garantia da Qualidade Institucional

A análise detalhada dos resultados evidencia que as dificuldades enfrentadas pelas IES em Angola para garantir a qualidade não são apenas pontuais, mas estruturais e sistêmicas.

Estes obstáculos refletem condições históricas, políticas e socioeconômicas que moldam o funcionamento das instituições e limitam o desenvolvimento de uma cultura de qualidade consolidada. Os entrevistados dividem opiniões quanto a existência culturas de qualidade no subsistema de ensino superior angolano.

“Existe, mas de um modo muito razoável, só não podemos afirmar que já atingimos o nível mais alto. Ainda não. Para alcançar esse patamar, é preciso ainda fazer muitos. Estamos a caminhar em direção a isso.” (E2)

“Sim, existe, mas ainda é incipiente e desigual. Em algumas instituições já se observam práticas de avaliação interna e preocupação com indicadores de desempenho. Contudo, em muitas outras a autoavaliação ainda não é vista como elemento essencial para o desenvolvimento da qualidade. Ou seja, há progressos, mas ainda estamos a dar os primeiros passos. Não seria justo dizer que não existe cultura de qualidade, mas ela ainda é frágil e pouco consolidada.” (E3)

“Não. Vejamos, ainda não existe uma cultura de qualidade nas IES em Angola fruto de que, muitas universidades só realizam a autoavaliação porque a lei obriga. Em termos de garantia da qualidade, o processo ainda está muito longe. As instituições começaram a desenvolver um bocadinho a partir de 2023, quando o INAREES começou a ser rígido em avaliar alguns cursos.” (E4)

“Eu diria que afirmar que já existe uma cultura de qualidade consolidada nas instituições seria um exagero. O que podemos dizer é que estamos a caminhar nessa direção, mas ainda falta muito.” (E5)

“Bom, a cultura da qualidade, ou seja, antes de termos um sistema de garantia da qualidade no ensino superior no nosso país, a partir de 2018, tínhamos uma vaga percepção segundo a qual nosso ensino já não tinha qualidade de modo geral, sem desprimor, obviamente, de enaltecer as instituições que, num caso ou noutro, conseguiram formar relativa qualidade

os seus alunos ou quadros nos mais variados domínios do nosso país. Mas com a implementação do sistema de garantia da qualidade no ensino superior em outubro de 2023, sobretudo ao nível dos cursos de ciências médicas e da saúde, passámos da perceção à constatação, porque só com base em indicadores fiáveis e padrões e critérios de verificação é que se consegue aferir a qualidade de um determinado curso ou mesmo de uma determinada instituição.” (E6)

Entre as principais dificuldades destacam-se, as insuficiências de recursos financeiros, escassez de docentes altamente qualificados, fragilidade das infraestruturas, ausência de políticas institucionais de incentivo à investigação científica e limitação dos mecanismos internos de avaliação e monitoramento.

4.4.1 Limitações financeiras e impacto no desempenho institucional

O subfinanciamento crônico é uma das barreiras mais evidentes.

“Penso que um dos maiores problemas é a falta de (...) financiamento público. Nem as instituições nem o Ministério do Ensino Superior têm criado condições adequadas (...). Nesses pontos, precisamos investir mais para elevar a qualidade do ensino superior”. (E2)

“Então, a primeira questão é a falta de condições. Mesmo a nível do governo, ou a nível das instituições públicas, o governo não tem políticas. Isso já é uma das condições: a falta de políticas públicas educativas. As políticas educativas não têm feito muito parte das agendas do governo, porque, se fizessem, teria dinheiro ou financiamento suficiente para reabilitar as instituições públicas, principalmente a Universidade Agostinho Neto. (...) temos falta de financiamento, dinheiro é muito importante para a qualidade: não existe qualidade sem dinheiro tem que se investir em materiais tecnológicos. Hoje estamos a ser dominados pela inteligência artificial, as escolas ou as IES devem se adaptar a isso.” (E8)

Invocando Liberato (2016) e Silva (2023) destacam que a falta de investimentos adequados compromete a aquisição de recursos pedagógicos, a manutenção de infraestruturas e a atualização tecnológica das instituições. Este cenário leva muitas IES a adotarem estratégias de sobrevivência, priorizando o cumprimento mínimo das normas legais em detrimento da melhoria contínua. Consequentemente, o ensino, a investigação e os serviços administrativos são afetados, criando um ciclo de limitações estruturais que se refletem, na falta de qualidade dificultando a captação de financiamento externo e parcerias estratégicas.

Dito de outro modo, um dos fatores críticos, de acordo com Silva (2023), é a crónica escassez de financiamento, que compromete seriamente a qualidade do ensino superior em Angola. Essa limitação orçamental traduz-se na insuficiência de recursos humanos qualificados, materiais e infraestruturas adequadas.

“(...) a carreira docente não é atrativa, não consegue reter ninguém. Os jovens doutores e mestres que se formam no exterior voltam e preferem trabalhar em setores mais atrativos como o mineiro, o petrolífero, o bancário e outros, porque esses setores oferecem melhores remunerações.” (E8)

O Sindicato Nacional dos Professores do Ensino Superior (SINPES), frequentemente esclarece que, o orçamento atualmente destinado ao setor é notoriamente insuficiente para cobrir as necessidades básicas do subsistema, o que compromete não apenas a sua expansão, mas também sua sustentabilidade e qualidade.

Em termos comparativos, países como Portugal e outros, embora se tratando de realidades muito diferentes, e outros, enfrentaram desafios semelhantes em fases iniciais de expansão do ensino superior, mas mitigaram parte dos efeitos por meio de políticas de financiamento vinculadas a resultados de desempenho e produção científica (Gomes 2016). Este exemplo evidencia que o financiamento estratégico pode transformar o ambiente institucional, promove consolidação de uma cultura de qualidade.

4.4.2. Escassez de capital humano qualificado

Outro desafio crítico é a insuficiência de docentes com formação avançada. O número limitado de doutores e especialistas qualificados restringe a capacidade das instituições de implementar metodologias inovadoras de ensino, avaliar programas e realizar pesquisa científica relevante.

“O nosso sistema de ensino superior tem apenas 11% de doutores. E, se formos analisar o vínculo desses docentes com as instituições às quais pertencem, a situação é ainda mais crítica. Porquê? Porque muitos deles não trabalham em regime de dedicação exclusiva, ou seja, não estão vinculados em tempo integral.” (E6)

“Os professores, na sua maioria, são licenciados, não têm mestrado.” (E8)

“É fundamental apostar na formação de gestores altamente qualificados, inclusive a nível de mestrado e doutoramento, com especialização em avaliação e garantia da qualidade. Atualmente, não temos especialistas suficientes nessas áreas. Ter profissionais com esse nível de preparação seria essencial para fortalecer as culturas de qualidade. Além disso, é preciso trabalhar mais diretamente no ensino superior, porque, em termos de cultura de qualidade, ainda estamos em uma fase muito incipiente.” (E5)

Sarrico, Veiga e Amaral (2013) argumentam que a ausência de capital humano qualificado compromete o processo de autoavaliação, tornando-o frequentemente um exercício formal, sem impacto real nas práticas institucionais. Este problema é agravado pela dificuldade de retenção de talentos, já que muitos docentes buscam oportunidades em contextos mais favoráveis. Nesse contexto, a desvalorização crescente dos docentes

universitários angolanos tem provocado uma rutura no seio académico, agravando a escassez de profissionais qualificados para atender à demanda como já mencionado em cima por um dos entrevistados.

“a carreira docente não é atrativa, não consegue reter ninguém. Os jovens doutores e mestres que se formam no exterior voltam e preferem trabalhar em setores mais atrativos (...)” (E8)

Neste sentido essa fuga de profissionais qualificados gera problemas na formação de outros quadros. O relatório Estado da Educação 2018 mostra que muitos graduados em Angola enfrentam dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, uma vez que o ensino superior nem sempre consegue atender às expectativas do setor produtivo. Há uma desconexão entre as qualificações oferecidas pelas instituições e a demanda do mercado, indicando que o sistema tende a priorizar a quantidade de formandos em detrimento da qualidade da formação (Silva, 2023). Essa realidade compromete não apenas a empregabilidade, mas também o potencial do ensino superior de gerar impactos sociais e econômicos significativos.

4.4.3. Fragilidade das infraestruturas e recursos materiais

As infraestruturas físicas e tecnológicas insuficientes constitui outro fator que compromete a qualidade do ensino superior em Angola.

“O sistema de ensino superior em Angola apresenta diversas insuficiências. Muitas instituições não estão plenamente qualificadas para ministrar o ensino superior, que exige recursos e exigências muito maiores do que os níveis básicos. Os laboratórios continuam sendo um grande desafio, em muitas universidades, eles não estão devidamente equipados. Outro ponto crítico são as bibliotecas, ainda bastante carentes.” (E5)

“Penso que um dos maiores problemas é a falta de (...), infraestruturas (...). Nem as instituições nem o Ministério do Ensino Superior têm criado condições adequadas para esses elementos que fiz referência. (...). Há escassez de (...) laboratórios e outros. Nesses pontos, precisamos investir mais para elevar a qualidade do ensino superior.” (E2)

Harvey e Stensaker (2008) citado por Gomes (2016) mais uma vez enfatizam que a cultura de qualidade depende de práticas institucionais sistemáticas que transformem dados em ações estratégicas. Sem infraestrutura adequada, a avaliação torna-se formalista e pouco efetiva.

“(...) outro indicador: as infraestruturas. Aqui estamos a falar das estruturas físicas e tecnológicas das instituições, edifícios, laboratórios, internet, equipamentos digitais. No caso dos laboratórios, distinguimos dois tipos: • Laboratórios para investigação científica,

que servem para a produção de conhecimento; • Laboratórios para práticas estudantis ou profissionais. Mesmo cursos como o de Língua Portuguesa precisam de um laboratório de fonética. Engana-se quem pensa que este curso é só “lápiz e borracha”: requer prática, equipamentos e tecnologia. O curso de Psicologia, por exemplo, precisa de laboratório de anatomia, para que os estudantes compreendam processos relacionados ao cérebro e aos mecanismos psíquicos”. (E6)

Infelizmente essa realidade vem confirmar o pensamento de Santos (1989) quando afirmou “o que se observa é que as universidades têm sido progressivamente transformadas em meros espaços como um outro qualquer”.

Boas infraestruturas, combinadas com formação docente e implementação de sistemas de gestão da qualidade, podem gerar impactos positivos duradouros, promovendo maior engajamento institucional e melhor desempenho acadêmico.

4.4.4. Limitações na produção científica e investigação

A ausência de centros de pesquisas e a fraca produção científica comprometem a visibilidade internacional e a relevância das IES angolanas.

“O índice da investigação científica publicado recentemente, conhecido como Índice Alpenholger, coloca Angola na posição 182 num conjunto de cerca de 200 países avaliados. Outros dados também apontam na mesma direção, sejam de desempenho, de reputação ou bibliométricos, revelando que Angola publica cerca de 2 artigos científicos por milhão de habitantes, enquanto Moçambique, por exemplo, publica 10 artigos por milhão de habitantes.” (E6)

“(…), em termos de extensão, estamos, digamos, falidos. Não há pesquisa, não há, por exemplo... imagina: não existe uma instituição que tenha, por exemplo, um centro de estudos. As nossas instituições não têm centros de estudos, não têm revistas científicas.” (E8)

Amado (2017), destaca que a investigação científica é um indicador estratégico de excelência, além de constituir mecanismo de desenvolvimento da autonomia crítica dos estudantes e docentes. Sem políticas institucionais de incentivo à pesquisa, a instituição perde oportunidades de inovação pedagógica, desenvolvimento curricular e melhoria contínua.

O setor é marcado por uma produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico limitada, bem como por uma fraca integração entre ensino e pesquisa (Silva, 2023). Essa vulnerabilidade acaba se refletindo na relação entre as IES e os agentes econômicos e sociais, comprometendo tanto a relevância prática da formação oferecida quanto a capacidade da academia de contribuir efetivamente para o desenvolvimento nacional (Silva, 2023).

“Primeiro, é que no país temos mais instituições privadas do que públicas. E as instituições privadas olham mais para o lucro do que para a oferta do que é o mais importante: a oferta do processo de ensino-aprendizagem, a especialização (...). As nossas instituições não têm centros de estudos, não têm revistas científicas. Os professores não escrevem.” (E8)

A fragilidade das IES, se reflete de forma direta no desenvolvimento social e económico do país. De certo modo em Angola, as limitações estruturais e pedagógicas das IES têm originado um quadro preocupante. A expansão do sistema, embora positiva em termos de acesso, não tem sido acompanhada por mecanismos eficazes de avaliação e regulação, o que enfraquece a credibilidade institucional. Veiga et al (2014) sublinha que o ensino superior deve funcionar como um sistema articulado, capaz de integrar ensino, investigação e extensão, de modo a produzir conhecimento relevante e socialmente útil. Quando essa integração não ocorre, os resultados traduzem-se em formações descontextualizadas, pouco alinhadas com as necessidades reais do país e com as exigências do mundo do trabalho.

“Outro indicador obrigatório ou chave é o da investigação científica, que já referimos como um grande calcanhar de Aquiles. Os nossos professores não publicam, e quando publicam, muitas vezes não o fazem em revistas indexadas, em bases de dados internacionais ou em revistas de qualidade com fator de impacto. Publicam, sim, em revistas sem ISBN, com corpo editorial duvidoso e que cobram para que os artigos sejam aceites. Isso é um problema grave.” (E6)

Além das limitações internas, a perceção pública tem um papel decisivo. A confiança da sociedade nas instituições depende não só da qualidade efetiva das suas práticas, mas também da forma como elas comunicam e demonstram a relevância do que produzem.

Constata-se que as IES em Angola ainda enfrentam dificuldades profundas para assegurar a qualidade. Esses problemas se refletem em financiamento insuficiente, à escassez de docentes qualificados e à fragilidade das infraestruturas. Embora se reconheçam alguns progressos, promover e garantir qualidade ainda parece uma tarefa muito difícil. Em muitos casos, a autoavaliação é vista mais como uma obrigação legal do que como um processo que contribui para a melhoria e da gestão das instituições. A falta de investimento adequado e de incentivos à investigação científica enfraquece a capacidade das instituições de inovar e de responder às necessidades do país.

Superar essas limitações requer vontade política e de um compromisso real das instituições. Só com políticas de financiamento mais estáveis, valorização do corpo docente e estímulo à investigação será possível transformar a avaliação em um instrumento de crescimento e de promoção de qualidade no ensino superior angolano.

4.5 Melhoria Contínua

Apesar das limitações estruturais, financeiras e humanas identificadas no contexto das IES angolanas por meio das entrevistas, os resultados da investigação indicam caminhos futuros para o fortalecimento da qualidade baseada na melhoria contínua. A principal estratégia identificada consiste na mudança de mentalidade das instituições e dos seus colaboradores. É fundamental compreender a autoavaliação não como um mecanismo de controlo por parte do INAAREES, mas como um instrumento estratégico de aprendizagem coletiva e de desenvolvimento organizacional.

“(…) no âmbito do processo de autoavaliação, além da monitorização que o INAAREES leva a cabo em relação a este mesmo processo, o INAAREES também realiza um apoio técnico fundamental às IES. Esse apoio técnico traduz-se em reuniões técnicas de esclarecimento, na distribuição de material, seja referente à legislação aplicável, seja relacionado com os instrumentos técnicos e metodológicos, como manuais ou guiões de avaliação externa. Esse apoio técnico pode igualmente incluir seminários ou ações de formação similares ou equivalentes.” (E6)

Segundo Veiga et al (2014), o investimento em qualidade deve ser compreendido como uma política de desenvolvimento institucional, não apenas como resposta a exigências externas. Sem essa base material, as boas intenções permanecem meramente declarativas.

Por outro lado, à valorização e capacitação do capital humano, é condição indispensável para qualquer transformação real. A formação continuada de docentes e avaliadores, o estímulo à qualificação em nível de mestrado e doutoramento, bem como o incentivo à investigação científica, são fatores determinantes para a consolidação da qualidade.

“Atualmente, estamos a levar a cabo um programa que consiste exatamente nisso: formar, avaliar e fazer visitas externas, abrangendo instituições em todo o país, em várias províncias.” (E9)

“Além disso, antes de iniciar a avaliação externa, o INAAREES costuma capacitar as instituições. Isso quer dizer que os coordenadores de autoavaliação ou responsáveis pelos gabinetes de qualidade participam de uma formação no próprio INAAREES.” (E10)

“(…) muitos desses quadros foram formados no exterior com apoio do governo angolano, através de bolsas de estudo.” (E6)

Outra dimensão de impacto refere-se à mudança de mentalidade institucional, talvez a mais desafiadora e, ao mesmo tempo, a mais necessária. A qualidade deve deixar ser encarada como uma obrigação burocrática e passar a ser entendida como um compromisso ético e coletivo. A cultura de qualidade se consolida quando passa a integrar a própria governação das instituições, influenciando a forma como se tomam decisões e se definem prioridades.

“(...) há instituições que podem não ter dinheiro, mas, se tiverem como centro a garantia da qualidade, sem mesmo receberem um ofício do Ministério do Ensino Superior, elas, por si só, devem se autoavaliar. Porque a autoavaliação é como se nós, pessoas, estivéssemos a olhar para o espelho e ver o que temos de ruim no nosso rosto: temos ramela quando acordamos, se o cabelo não está penteado, se há algum lixo no rosto. (...) Devemos mudar a mentalidade enquanto donos de instituições, enquanto promotores de instituições.” (E8)

Morin (2005), ao tratar da complexidade na educação, acrescenta que a aprendizagem institucional só ocorre quando as pessoas e as estruturas se abrem ao diálogo e à reflexão crítica, construindo conhecimento de forma colaborativa.

“Nesta fase, estamos na fase embrionária, que é a fase onde todo mundo está preocupado em saber o que é evidência, o que de facto posso apontar como evidência num determinado critério de verificação (...). Quando todos já estiverem por dentro dessa cultura da avaliação (...), e não for mais visto como uma inspeção porque ainda há algumas pessoas que veem como se fosse uma inspeção, não é propriamente uma inspeção, mas sim uma verificação criteriosa para garantir a qualidade dos cursos ou do ensino superior.” (E1)

Gomes (2016) já havia demonstrado que o caminho para uma cultura regenerativa aquela que promove a melhoria contínua, a inovação e a participação de todos passa exatamente por essa mudança de postura coletiva. A criação de espaços de partilha, o estímulo à autocrítica e a valorização das boas práticas internas são passos decisivos para que as IES avancem de uma cultura reativa para uma cultura de qualidade viva e autossustentada.

A pesquisa mostrou que, mesmo com limitações em recursos (humano, estruturais e financeiras), o subsistema de ensino superior angolano apresenta caminhos para fortalecer a qualidade. Muitos profissionais ainda olham para a autoavaliação como uma exigência do governo, mas os dados indicam que mais do que orientar e regular o sistema, ela pode se tornar uma ferramenta estratégica que ajuda as instituições a identificarem suas fraquezas e a planejar melhorias concretas e assertivas.

“Obviamente, a melhoria contínua tem de ter duas âncoras: a primeira é o fomento da cultura da qualidade; a segunda é o fortalecimento interno dos órgãos de garantia da qualidade. Sendo certo que não basta apenas que as IES criem órgãos internos de garantia da qualidade, é, acima de tudo, preferível que esses órgãos evoluam para sistemas internos de garantia da qualidade.” (E6)

Esse olhar implica enxergar a avaliação institucional como uma prática pedagógica e política, capaz de promover transformações efetivas na gestão, na cultura e nos processos internos das instituições (Veiga, 2019). Nesse sentido, a autoavaliação deve ser concebida como um ciclo contínuo de planeamento, monitorização e reajuste, que permite às instituições identificarem lacunas, propor melhorias e consolidar a cultura de qualidade de

forma sustentável, ou seja, que a autoavaliação não seja vista como um processo instantâneo, mas que se crie programas e ciclos de autoavaliação e que o processo seja rigoroso.

“O guião de autoavaliação constitui-se como um instrumento orientador. (...). Não existe melhoria sem que a instituição realize a autoavaliação, que é aquele olhar em que a instituição vai reconhecer os seus pontos fortes e fracos, e vai escrever um plano de melhoria. Esse plano de melhoria vai gerar o relatório final, que será submetido ao INAAAREES.” (E6)

Para que isso aconteça é necessária mudança de mentalidade do coletivo de profissionais das instituições e todo colaborador que atua dentro delas. Morin (2005) sugere que só há aprendizagem organizacional quando novos hábitos e práticas são incorporados à rotina da instituição. No contexto angolano, gestores e docentes começam a perceber a autoavaliação como uma oportunidade para inovar na gestão e na prática pedagógica, desde que baseada em dados e reflexão crítica.

Esses passos são tão importantes que, Grégoire (2000), vem reforçar a ideia de que a eficácia da autoavaliação depende de três fases interligadas: antecipação, controlo e ajuste, que permitem planejar ações estratégicas, acompanhar a sua implementação e introduzir correções em tempo real. A adoção dessas práticas consolida uma cultura de evidência e reforça a confiança pública nas instituições. A avaliação continua das instituições funciona como um vértice de melhoria e inovação, principalmente quando integrada às atividades do dia a dia.

4.5.1 Reflexão e ação integradas

A transformação da autoavaliação em instrumento efetivo de qualidade exige a integração entre reflexão e ação, promovendo processos participativos e contínuos. Quando docentes, colaboradores e estudantes participam do processo, a autoavaliação deixa de ser formalidade e passa a orientar decisões pedagógicas e administrativas.

“No caso das instituições privadas, até mesmo os promotores, os proprietários de universidades privadas, já têm sido objeto de formação. Essa formação inclui: • Como está organizado e funciona o sistema de garantia da qualidade do ensino superior; • Como se organiza uma visita de avaliadores externos às IES; como se estrutura o sistema de evidências; • Quais são as normas do código de ética que um avaliador externo deve observar; • E ainda formação no cálculo de indicadores, padrões e critérios de verificação. Tudo isto com simulações quase em tempo real, de modo a permitir que o avaliador tenha uma experiência mais concreta e próxima daquela que encontrará efetivamente no terreno, nas instituições.” (E6)

A pesquisam mostrou que essa integração cria um ciclo contínuo de melhoria, em que o feedback interno ajuda a ajustar currículos, métodos de ensino e processos de gestão. Essa

integração fortalece a autonomia das instituições, promove transparência e contribui para a credibilidade do ensino superior angolano, tanto no contexto nacional quanto no internacional.

“(...) o indicador com melhor desempenho é o currículo. Ou seja, de uma forma ou de outra, todas as IES possuem uma grelha curricular ou um projeto pedagógico curricular que satisfaz os critérios. Portanto, o indicador “currículo” é, no geral, aquele em que as IES apresentam melhor desempenho.” (E6)

4.5.2 Avanços no subsistema de ensino superior angolano

Apesar da difícil tarefa, observa-se que o ensino superior angolano regista avanços significativos, refletidos em mudanças estruturais e normativas.

“E, em 2018 (...) tivemos um ganho muito grande no país, que foi (...), a criação do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade. O INAAREES criou o Sistema Nacional de Garantia da Qualidade.” (E8)

“(...) Comissões ou aos Gabinetes de Avaliação da Qualidade. Todas as instituições estão hoje orientadas a ter um gabinete específico para a garantia da qualidade.” (E9)

“foi criado também (...) instrumento técnico-metodológico: o manual de avaliação de cursos e um programa do ensino superior, pôs a seguir criou também um manual de avaliação externa de IES para efeito da avaliação institucional.” (E6)

“tendo em conta o processo de avaliação externa que começou em 2002-2003, está agora na quarta fase, que foram os cursos de engenharia. Já há também um grupo de cursos ligados à saúde que estão na fase de reavaliação. Tendo em conta esta fase, vamos dizer que estamos no processo de construção da cultura da qualidade.” (E1)

A inclusão da qualidade nas agendas de desenvolvimento, como o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2027, que reconhece o papel estratégico da educação superior no desenvolvimento socioeconómico do país, também se configura como um grande avanço.

“o INAAREES tem despoletado esse processo da avaliação externa precisamente para influenciar as políticas públicas. Faz parte da agenda nacional do PDN (Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2027).” (E6)

Esse avanço mais uma vez vem para indicar que o sistema começa a sustentar processos de melhoria contínua, reforçando a cultura de avaliação e melhoria (Sarrico, Veiga & Amaral (2013).

Os dados mostram que, para fortalecer a qualidade, a autoavaliação precisa ser internalizada como prática proativa. Os entrevistados destacaram a importância de políticas institucionais consistentes, formação contínua, valorização da pesquisa e engajamento coletivo. Veiga (2019) surge novamente nessa abordagem para reforçar que essas ações

ajudam a consolidar a avaliação como um ciclo de aprendizagem organizacional, promovendo transparência, autonomia e credibilidade tanto local como internacional.

Como dito várias vezes, Angola está numa fase de transição, a autoavaliação começa a criar bases sólidas para uma cultura de qualidade, embora que se reconhece que ainda há muito por se fazer. A criação do (SNGQ), a institucionalização de gabinetes internos, a criação de manuais de avaliação, a avaliação de cursos e o engajamento gradual de gestores e docentes indicam uma trajetória de desenvolvimento sustentável. Para consolidar esse progresso, são essenciais capacitação contínua, investimentos estratégicos, engajamento institucional e reconhecimento da avaliação como ferramenta de inovação e melhoria contínua.

Os resultados das entrevistas revelam uma convergência parcial com essas orientações, embora os dirigentes do INAAREES reconheçam a importância de uma gestão estruturada e de base empírica, apontam que as limitações de recursos humanos e financeiros ainda dificultam a consolidação desses mecanismos. Essa constatação confirma as previsões das Linhas Mestras, que já assinalavam a fragilidade institucional como obstáculo à consolidação da cultura de qualidade no país.

Essas limitações estruturais repercutem diretamente nas práticas de avaliação interna. De facto, a análise das entrevistas mostra que muitas IES ainda tratam a autoavaliação como um requisito administrativo. Como relatou um dos entrevistados, “há instituições que fazem a autoavaliação apenas para cumprir o requisito, e não como um exercício real de reflexão interna” (E7). Essa prática confirma o que (Harvey & Stensaker, 2008, citado. por Gomes, 2016) designam de cultura de qualidade reativa, em que as ações de avaliação são desencadeadas por pressões externas, e não por um compromisso genuíno com a melhoria.

Entretanto, as percepções recolhidas nas entrevistas revelam que esse propósito formativo nem sempre se concretiza. Um dos participantes realçou que, “a avaliação externa ainda é percebida como uma inspeção, e não como uma oportunidade de aprendizagem” (E4). Tal entendimento reduz o potencial pedagógico da avaliação e afasta o processo da sua função de melhoria contínua.

CAPÍTULO V.

Considerações Finais



Este estudo procurou analisar de que forma a autoavaliação institucional pode contribuir para a melhoria contínua das IES em Angola. Trata-se de um tema que, na prática, envolve não apenas instrumentos formais de avaliação, mas também a cultura interna de cada instituição. Para isso, adotámos uma abordagem qualitativa, combinando entrevistas semiestruturadas com análise de documentos institucionais. Essa estratégia permitiu-nos interpretar os dados de forma contextualizada, considerando as especificidades de cada IES, assim como os desafios próprios do ensino superior angolano. Os resultados indicam que de facto, apesar de avanços importantes na promoção da qualidade das IES, ainda persiste um conjunto de desafios estruturais. O INAAREES desempenha um papel central neste processo, ao definir políticas, diretrizes e procedimentos de avaliação. No entanto, observa-se que muitas vezes ele é percebido apenas como órgão fiscalizador, e não como parceiro estratégico das instituições. Esse contraste evidencia que o desafio não se limita à existência de regras e mecanismos de regulação, mas também à forma como são incorporados e vivenciados pelas próprias IES.

Na perspetiva dos participantes, a autoavaliação e os mecanismos de acreditação são ferramentas essenciais, mas só terão efeitos reais quando as instituições assumirem a qualidade como um compromisso contínuo e interno. Isso envolve enfrentar limitações estruturais, investir na formação de docentes e avaliadores, estimular a pesquisa científica, melhorar infraestruturas e promover uma mudança coletiva de mentalidade. Em outras palavras, a melhoria contínua exige envolvimento de todos os atores académicos e uma postura proativa das próprias instituições.

A análise documental revelou-se fundamental para compreender a coerência entre o discurso normativo e as práticas institucionais observadas. Ao examinar documentos como o Guião de Autoavaliação de IES, o Manual de Avaliação Externa e as Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior, foi possível identificar avanços na definição de referenciais de qualidade e, simultaneamente, lacunas na apropriação e aplicação efetiva desses instrumentos pelas instituições. Este cruzamento entre os dados empíricos das entrevistas e as evidências documentais permitiu situar criticamente os resultados, demonstrando

que, embora as orientações oficiais promovam a autoavaliação como processo formativo e de melhoria contínua, muitas IES ainda a desenvolvem de forma predominantemente formalista.

Assim, a articulação entre a análise documental e a análise empírica reforçou a compreensão de que a consolidação da qualidade no ensino superior depende não apenas da existência de instrumentos normativos, mas sobretudo da capacidade das instituições em integrá-los nas suas práticas quotidianas de gestão e ensino. Este resultado indica que a promoção da qualidade deve ser entendida como um processo de aprendizagem institucional, sustentado por uma cultura de reflexão, participação e compromisso coletivo.

Entre os principais entraves observados estão a insuficiência de financiamento, a precariedade das infraestruturas, a falta de docentes com qualificação adequada e a reduzida produção científica. Consequentemente, ainda predominam culturas de qualidade reativas ou apenas respondendo a exigências externas, enquanto a cultura regenerativa, aquela que estimula inovação, excelência e compromisso coletivo permanece um objetivo a ser alcançado. A consolidação dessa cultura dependerá de políticas públicas consistentes, investimentos estratégicos e da transformação das mentalidades internas nas IES.

Apesar dos desafios, os avanços recentes são claros. A implementação do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade e a criação de gabinetes internos de avaliação em quase todas as instituições demonstram que o processo está em andamento. O grande desafio agora é garantir que a autoavaliação deixe de ser apenas um procedimento burocrático e se torne um instrumento efetivo de mudança coletiva, capaz de consolidar uma cultura que valorize não só a excelência académica e a produção científica, mas também a responsabilidade social e o desenvolvimento do país. Em suma, a consolidação de uma cultura de qualidade depende não apenas de normas, mas de atitudes institucionais e compromisso ético.

Esta pesquisa busca oferecer uma contribuição ao ensino superior em Angola, apresentando uma leitura crítica sobre o estado atual da qualidade nas IES e sobre o papel desempenhado pelo INAAREES, enquanto entidade reguladora. Constata-se que a autoavaliação, ainda que amplamente reconhecida como fundamental, tem sido conduzida, na maioria dos casos, de forma burocrática. Esse facto evidencia a necessidade de uma mudança de mentalidade por parte das instituições. Mais do que

cumprir uma exigência legal, o processo deve ser encarado como uma oportunidade de aprendizagem institucional e de melhoria contínua. A investigação também identifica os principais desafios que dificultam o fortalecimento da qualidade no setor: a limitação dos recursos financeiros, a precariedade das infraestruturas, a escassez de docentes qualificados e a reduzida produção científica. Ao mesmo tempo, não se podem ignorar progressos já alcançados, entre os quais se destacam a criação do Sistema Nacional de Garantia da Qualidade e a implementação de gabinetes internos voltados para a avaliação e monitorização.

Os resultados desta investigação reforçam a importância de explorar a autoavaliação não apenas como um instrumento técnico, mas como um processo formativo, capaz de transformar as práticas institucionais e fortalecer o compromisso ético com a qualidade no ensino superior angolano.

No campo teórico, o estudo contribuiu para o debate sobre a garantia da qualidade nas ciências da educação, ao relacionar as dinâmicas institucionais com os desafios próprios do contexto angolano. Essa abordagem ajuda a reconhecer que a qualidade nas IES não se constrói apenas por imposição normativa, mas por meio do envolvimento efetivo de todos os atores académicos. Se reconhece, contudo, que a investigação se concentrou num número restrito de participantes e numa única instituição, o que limita o alcance das conclusões. Futuras pesquisas poderão explorar a perceção de docentes e estudantes, ampliando a compreensão sobre o impacto da autoavaliação na consolidação da cultura de qualidade nas IES angolanas.

Recomenda-se, por fim, que as políticas públicas e as próprias IES reforcem os mecanismos de formação dos docentes e agentes educativos, de financiamento sustentável e de incentivo à investigação científica, de modo a transformar a avaliação em um verdadeiro instrumento de crescimento e promoção de qualidade no sistema de ensino superior angolano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alfredo, F. C. H., & Simões, A. J. R. (2023). Ensino da ética na pesquisa em educação: Análise dos programas de formação em investigação científica e a relevância nas monografias produzidas em Angola. Disponível em: [\(PDF\) Ética na Pesquisa em Angola](#)

Amado, J. (2017). Manual de investigação qualitativa em educação. 3. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra,.

Aimi, D. S. (2008). Qualidade da educação superior: Conceito e Visão. Campinas: ISSN,.

André, A. M. (2016). Avaliação da qualidade em IES públicas angolanas. Portugal, Aveiro: Universidade de Aveiro.

Bardin, L. (2011). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70.

Brás, C. A. (2022). Ser universitário em angola: ensaio crítico-criativo sobre a atuação dos actores das ies em angola. Centro de Investigação Sol Nascente, pp. 76-77.

Cardano, M. A. (2017). Pesquisa qualitativa. São Paulo: Vozes.

Cardoso, S., Santos, S., & Figueiredo, A. D. (2002). Autoavaliação e garantia da qualidade no ensino superior: O caso da Universidade de Aveiro (Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal).

Carvalho, P. (2014). Evolução e Crescimento do Ensino Superior em Angola. ISCTE-IUL/Universidade Agostinho Neto.

Cellard, A. A. (2008). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, p. 29-30.

Correia, J. M., & Roa, T. (2021). A historicidade do Ensino Superior desde agénese até a actualidade: Suas transformações e impacto no sistema educativo angolano. Revista Educación, Política y Sociedad, p. 182.

Costa, N. M. (2020). Impactos e Efeitos da Avaliação Externa de Escolas nas Estruturas de Gestão Curricular Intermédias. p. 19.

Creswell, J. W. (2014) Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. 4. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Cury, A. (2004). Nunca desiste dos seus sonhos. Rio de Janeiro: Sextante.

Depresbiteris, L. (2005). Auto-Avaliação das Instituições de Ensino Superior. (Dissertação de Mestrado) pp. 10-11.

Divovo, M., Tomé, J., & Zau, M. (2023). Sistema Nacional de Garantia da Qualidade do Ensino Superior em Angola: Perspectivas e desafios para o alcance do ODS 4. *Revista Sol Nascente*, 12(2), 103-123.

Elias, A. P. (2016). O Modelo sociocognitivo da carreira reflexões e implicações na sua implementação junto das instituições de ensino superior angolanas: Políticas públicas sobre o subsistema do ensino superior em Angola. p. 48.

Ernesto, G. C. L., & António, E. S. B. (2022). Avaliação das aprendizagens na educação pré-escolar, na legislação angolana. *Revista Inventário*, Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/inventario/article/view/65094>

Freixo, M. J. V. (2012). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Filho, J. M., & Aleaga, T. R. (2021). A historicidade do ensino superior desde a génese até à actualidade: Suas transformações e impacto no sistema educativo angolano. *Revista Educación, Política y Sociedad*, 3.

Grégoire, J. (2000). *Avaliando as aprendizagens: os aportes da psicologia cognitiva* (B. C. Magne, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas Sul.

Gomes, F. D. (2016). *Culturas de qualidade na universidade do porto: dois estudos-de-caso*. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação/ Universidade do Porto, p. pp. 67-87.

Liberato, E. (2016). A Importância da Formação Superior no Processo de Desenvolvimento em Angola. *Sinais*, 88.

Liberato, E. (2019). Reformar a reforma: percurso do ensino superior em Angola. *Revista Transversos*, (15), 63-84.

Lourenço, A. (2023). Anuário estatístico não é publicado há 3 anos-Ensino Superior sem estatística sobre a formação desde 2020. *Expansão*, 1-2.

Maia, I. C. (2011). Diagnóstico dos processos de autoavaliação nas instituições de ensino público não superior. A influência da avaliação externa nas Práticas de Auto-Avaliação. p. 9.

Mendes, M. D. (2013). *Avaliação da qualidade e educação superior em Angola: Caso da Universidade Agostinho Neto* (Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Especialidade em Organização e Administração Escolar). Instituto Superior de Ciências da Educação de Benguela, Angola.

Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação. (2021). *Anuário*

estatístico do ensino superior, ciência, tecnologia e inovação 2019. Angola.
<https://www.mescti.gov.ao/>

Morin, E. (2005). O método 6: ética. Porto Alegre: Sulina.

Pinto, M. M.; & Cangue, J. (2022). ODS4 e a Educação Superior de Qualidade: Desafio para a Angola e o Brasil, os países do sul-global. Cadernos de Pesquisa, São Luís, v.

Paxe, I. P., & Nguluve, A. K. (2023). Ensino superior angolano: educação como bem público face ao mercado. Educação e Filosofia, Uberlândia, 3.

PNUD. (1990). Relatório de desenvolvimento humano 1990. Luanda: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Remião, F., & Veiga, A. (2023). Avaliação e acreditação de um ciclo de estudos em ciências farmacêuticas: para uma abordagem de orientação participada. Congresso Nacional de Prática Pedagógicas no Ensino Superior (pp. 158-159). Universidade do Algarve: CNaPPES.

Ryan, Frances, Coughlan, Michael, Cronin & Patricia (2009). Interviewing in qualitative research. International Journal of Therapy and Rehabilitation, 16(6), 309-314.
<https://doi.org/10.12968/ijtr.2009.16.6.42433>

Santos, B. D. (1989). Da Ideia de Universidade á Universidade das Ideias. Revista Crítica de Ciências, 34.

Sarrico, C., Veiga, A., & Amaral, A. (2013). The long road-how evolving institutional governance mechanisms are changing the face of quality in Portuguese highereducation. Educational Assessment, Evaluationand Accountability, pp. 383-384.

Silva, E. A. (2016). Gestão do Ensino Superior em Angola: realidades, tendências e desafios rumo à qualidade. Luanda: Mayamba Editora.

Silva, V. B. (2023). A Crise no Ensino Superior em Angola. Moscovo e UÉvara, pp. 3-4-5.

Sobrinho, J. (2003). Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior. Petrópolis, RJ: Vozes.

Sousa, M. C. S. O. (2007). A autoavaliação institucional: Um processo de responsabilidade e autonomia (Dissertação de Mestrado em Administração e Planificação da Educação). Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, Portugal.

Tauchen, G., Borges, D. S., & Filho, J. M. (2019). Avaliação, Regulação e Autonomia do Ensino Superir em Angola: Perspectivas e Desafios. p. 1.

Veiga, A. (2019). Avaliação e Qualidade Educativa. Uma reflexão sobre avaliação e qualidade educativa . Currículo, Avaliação. formação e Tecnologias educativas (pp. 390-391). Portugal: CIIIE/FPCEUP .

Veiga, A., Magalhães, A., Sousa, S., Ribeiro, F., & Amaral, A. (2014). Configuração da gestão universitária em Portugal. Educação Sociedade e Cultura, 12.

Victorino, S. C. (2021). O papel da educação na reconstrução nacional da república de Angola. Congresso Internacional de Pedagogia Social. Universidade Jean Piaget de Angola: Revista Dialogos.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

INAAREES, OJI & DNES. (2022). Guião de Autoavaliação de Instituições de Ensino Superior, Cursos e/ou Programas. Luanda: Damer Gráficas.

INAAREES, OJI & DNES. (2022). Manual de Avaliação Externa de Instituições de Ensino Superior. Luanda: Damer Gráficas.

Ministério do Ensino Superior (2005). Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior (LMGSES). Luanda: MESCTI.

Apêndices



I. Desenho - Guião das entrevistas

Entrevista aos representantes e colaboradores do INAAREES.

Âmbito

Esta entrevista foi elaborada no âmbito da elaboração da dissertação de mestrado em Ciências da Educação, da FPCEUP, subordinada ao tema o papel da autoavaliação na promoção da qualidade nas instituições do ensino superior angolanas.

Objetivo Geral

Analisar como a autoavaliação institucional promove a melhoria contínua das IES angolanas.

Confidencialidade

Agradecemos a sua disponibilidade em participar da entrevista; informamos que será usado um gravador para tomar nota das informações, porém toda e qualquer informação será tratada de forma confidencial e anónima.

Entrevistador: Dulce Viegas dos Santos

Entrevistado: _____ Data __/_____/_____

Recursos: Guião de entrevista, gravador, caneta e papel

BLOCOS	Objetivos do bloco	Questões orientadoras	Perguntas de recurso e de aferição
BLOCO – 1 Legitimação da entrevista	Esta entrevista foi elaborada no âmbito da elaboração da dissertação de mestrado em Ciências da Educação, da FPCEUP, subordinada ao tema o papel da autoavaliação na promoção da qualidade	Agradecemos a sua disponibilidade em participar da entrevista; Informamos que será usado um gravador para tomar nota das informações, porém toda e qualquer informação será tratada de forma confidencial e anónima.	

	nas instituições do ensino superior angolanas.	Esta entrevista é importante para analisar como a autoavaliação institucional promove a melhoria contínua das IES angolanas.	
BLOCO 2 O papel do INAAREES	Analisar o papel do INAAREES no processo de avaliação das IES angolanas Analisar o processo de autoavaliação institucional enquanto instrumento de melhoria contínua das IES angolanas	Como é que o INAARRES no processo de avaliação das IES implementa o processo de autoavaliação direccionado à melhoria contínua das IES?	Como é que o INAARRES usa a autoavaliação como instrumento de melhoria contínua das IES? O processo de autoavaliação das IES se configura como requisito para garantia de qualidade das IES em Angola? Quais são os mecanismos internos que o Ministério do Ensino Superior adota para garantir a melhoria contínua das IESes angolanas? Existe uma estrutura ou modelos que dita como deve ocorrer

			o processo de autoavaliação nas IES? Quais são os mecanismos que considera mais relevantes para garantir a cultura de qualidade das IES? Há um modelo estatístico que quantifica as IES que adotam o processo de autoavaliação?
BLOCO 3 Cultura de Qualidade na perspectiva do INAAAREES.	Analisar o processo de desenvolvimento de culturas de qualidade nas IES	Em que medida é que o INAAAREES promove culturas de qualidade nas IES?	Sim Como é que caracteriza as culturas de qualidade nas instituições de ES em Angola? Não Quais são os problemas que interferem na cultura de qualidade das IES?

BLOCO 4 Síntese e meta- Reflexão sobre a entrevista. Agradecim entos	Captar o sentido do entrevistado sobre a entrevista	Gostaria de contribuir com mais alguma informação que acha importante realçar para o desenvolvimento da pesquisa?	
---	---	--	--

II. Termo de consentimento informado

Informações gerais sobre a pesquisa

No âmbito da conclusão do curso de Mestrado em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação na Universidade do Porto, sob orientação da professora Dra. Maria Amélia Veiga, Dulce Viegas dos Santos está a realizar uma investigação com o título “O Papel da Autoavaliação na Promoção da Qualidade nas Instituições do Ensino Superior Angolanas, agradeço desde já a sua colaboração. Este estudo tem como objetivos: analisar como a autoavaliação institucional promove a melhoria contínua das IES angolanas.

Este estudo permitirá estudar o subsistema de ensino superior angolano e analisar o papel do INAAREES no processo de avaliação das IES.

Por essa razão, serão realizadas entrevistas aos responsáveis do INAAREES e outros colaboradores que fazem parte das comissões de avaliação das IES. As entrevistas serão gravadas para posterior transcrição, sendo assegurados os cuidados éticos, confidencialidade e anónimos da instituição e dos (as) profissionais entrevistados (as). Levando em conta os aspetos e os objetivos em torno da pesquisa, esta não oferece nenhum risco acrescido aos participantes. Participar desta pesquisa é uma escolha e não uma obrigação, podendo deixar de colaborar a qualquer momento.

Tendo conhecimento sobre o real objetivo do estudo e os procedimentos metodológicos previstos para a sua realização, declaro que aceito colaborar na investigação e que concordo com as condições aduzidas.

Eu, _____, após ter sido informada dos objetivos do projeto de investigação, pela mestrande Dulce Viegas dos Santos, e me ser garantido que: (i) a confidencialidade e anonimato da minha participação no referido trabalho será respeitada; (ii) que posso desistir a qualquer momento, caso não me sinta confortável em continuar, e (iii) que terei acesso aos resultados do trabalho de pesquisa, considero que estão reunidas as condições para

poder ser entrevistada/o, consentindo que a entrevista seja gravada. Mais declaro ter tido conhecimento, e estar de acordo, com o facto de as informações serem utilizadas apenas para fins de investigação, sendo, depois, destruída a gravação.

Luanda, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do participante

Assinatura da pesquisadora

III. Modelo de e-mail usado para contactar os participantes

Prezados X, Y e Z.

Meu nome é Dulce Viegas dos Santos. Sou estudante de Mestrado em Ciências da Educação na Universidade do Porto, em Portugal, e atualmente estou a desenvolver minha dissertação com foco em Políticas, Governança, Gestão e Administração Institucional no Ensino Superior.

O tema da minha pesquisa é: "O Papel da Autoavaliação na Promoção da Qualidade nas Instituições do Ensino Superior Angolanas".

Estou em Angola para a etapa de levantamento de dados e, por intermédio do pesquisador PL, obtive vossos contatos. A metodologia da minha pesquisa é qualitativa e, para compreender o papel do INAAREES nesse processo, gostaria de solicitar uma entrevista com os senhores.

Agradeço a vossa atenção e aguardo um retorno.

Atenciosamente,

Dulce Viegas dos Santos